



**BIOSEV S.A.**  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 11º andar  
Pinheiros – CEP 01452-919  
São Paulo/SP - Brasil

Telefone: 55 11 30925200  
Fax: 55 11 30925341

**BIOSEV S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF: 15.527.906/0001-36  
NIRE: 35.3.0034518.5  
CVM: 22845

## **MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO**

## **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**24 DE JUNHO DE 2016**

## ÍNDICE

<b>I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS .....</b>	<b>4</b>
<b>III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS .....</b>	<b>5</b>
<b>Edital de Convocação.....</b>	<b>6</b>
<b>ANEXO I - Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia</b>	<b>7</b>
<b>ANEXO II - Informações dos candidatos indicados ao Conselho de Administração</b>	<b>49</b>

**BIOSEV S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF: 15.527.906/0001-36  
NIRE: 35.3.0034518.5  
CVM: 22845

## **MANUAL DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BIOSEV S.A. A SER REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2016**

O presente manual tem por objetivo prestar esclarecimentos aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária da **BIOSEV S.A.** (“Companhia”), que será realizada no dia 27 de julho de 2016, às 10h00 horas (“Assembleia Ordinária”), na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 11º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Edital de Convocação divulgado nesta data como parte deste Manual da Administração, nos termos do Calendário Anual de Eventos Corporativos da Companhia disponibilizado nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.bmfbovespa.com.br> e <http://www.biosev.com/ri>.

O presente manual foi elaborado de acordo com o disposto na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), na Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 480”), na Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”), no Ofício-Circular CVM/SEP 02/16, de 29 de fevereiro de 2016, e nas demais disposições legais e estatutárias aplicáveis.

### **I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração apresenta a proposta da administração para cada uma das matérias constantes da ordem do dia a ser objeto de deliberação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Ordinária, conforme segue:

1. *Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2016, bem como conhecer o relatório da administração e dos auditores independentes relativos ao mesmo período.*

A administração da Companhia submeterá à apreciação dos Senhores Acionistas (i) as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2016, conforme auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, (ii) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de março de 2016, (iii) o relatório dos auditores independentes, (iv) o parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário da Companhia, e (v) declaração dos diretores de que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, os quais foram divulgados em 01 de junho de 2016 nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.bmfbovespa.com.br> e <http://www.biosev.com/ri>, com exceção do parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário, o qual foi divulgado nos endereços retro mencionados em 06 de junho de 2016.

Em 10 de junho de 2016 foram publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOESP e DCI – Diário do Comércio, Indústria & Serviços de São Paulo, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo os documentos (i), (ii) e (iii) do parágrafo acima. Tendo em vista que a publicação destes documentos ocorreu até 1 (um) mês antes da data da Assembleia Geral Ordinária, a publicação dos anúncios a que se refere o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações fica dispensada, nos termos do parágrafo quinto do referido artigo.

Adicionalmente, a administração da Companhia apresenta os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, e do item 10 do formulário de referência, conforme Anexo I ao presente Manual da Administração.

Os demais documentos cuja divulgação é exigida pela Lei das Sociedades por Ações e pela Instrução CVM 481 para deliberação de referida matéria estão à disposição dos Senhores Acionistas nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.bmfbovespa.com.br> e <http://www.biosev.com/ri>, e na sede social da Companhia, no endereço abaixo informado.

**2. *Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2016.***

A administração da Companhia esclarece que está dispensada da apresentação do Anexo 9-1-II - Destinação do Lucro Líquido, previsto na Instrução CVM 481, em função da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de março de 2016. Referida dispensa está baseada na decisão do Colegiado da CVM de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010/14687) e no Ofício Circular CVM/SEP/Nº 02/2016, de acordo com o qual as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício social em questão estão dispensadas da apresentação das informações requeridas no artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II da Instrução CVM 481.

Pelos motivos acima expostos, a administração da Companhia propõe que o resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2016 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados.

**3. *Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, indicando o Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 12, §4º do Estatuto Social.***

De acordo com o artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é constituído por 09 (nove) membros eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo considerado um ano o período entre duas Assembleias Gerais Ordinárias e sendo permitida a reeleição. Pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme parágrafos primeiro e segundo de referido artigo 12 do Estatuto Social da Companhia.

O Acionista Controlador da Companhia propõe a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração para um novo mandato de 02 (dois) anos, o qual se encerrará até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2018. Com base em referida proposta, o Conselho de Administração da Companhia permanecerá com a seguinte composição:

Patrick Julien Treuer – Presidente do Conselho de Administração  
Michael Andrew Gorrell – Vice-Presidente do Conselho de Administração  
André Roth – Membro Efetivo do Conselho de Administração  
Adrian Gustavo Isman – Membro Efetivo do Conselho de Administração  
Cristiano Biagi – Membro Efetivo do Conselho de Administração  
Neil Roxburgh Balfour – Membro Independente do Conselho de Administração  
Antonio Delfim Netto – Membro Independente do Conselho de Administração  
Philippe Jean Henri Delleur – Membro Independente do Conselho de Administração  
Ricardo Barbosa Leonardos – Membro Independente do Conselho de Administração

Para os fins de cumprimento do Artigo 10 da Instrução CVM 481, a administração da Companhia apresenta as informações constantes dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, em relação aos candidatos a comporem o Conselho de Administração da Companhia, conforme Anexo II ao presente Manual da Administração.

Por fim, a administração da Companhia esclarece que a remuneração global anual dos administradores será fixada em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na mesma data da Assembleia Geral Ordinária, a qual será convocada e terá divulgados os documentos relacionados a sua ordem do dia oportunamente, observados os prazos legais aplicáveis.

## **II. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS**

Nos termos do artigo 7º, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia Ordinária, os Senhores Acionistas deverão (i) apresentar um documento de identidade, caso o acionista seja uma pessoa física; (ii) apresentar os atos societários pertinentes comprovando a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; e (iii) apresentar, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do horário previsto para início da Assembleia Ordinária, (a) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à Assembleia Ordinária, e (b) se for o caso, procuração, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

O endereço para o qual os documentos acima mencionados devem ser enviados é:

**BIOSEV S.A.**  
Diretor de Relações com Investidores  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 11º andar, Pinheiros  
São Paulo, SP  
CEP 01452-919

A Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem o envio de cópia da procuração e dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação, remetendo tais documentos via fac-símile para o número (11) 3092-5341, em atenção ao Diretor de Relações com Investidores, ou por e-mail para [ri@biosev.com](mailto:ri@biosev.com).

## **III. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS**

Em consonância com a Instrução CVM 481, todos os documentos de interesse dos Senhores Acionistas para a participação na Assembleia Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da Companhia, no endereço acima informado, e nos seguintes endereços da rede mundial de computadores <http://www.cvm.gov.br>, <http://www.bmfbovespa.com.br> e <http://www.biosev.com/ri>.

São Paulo, 24 de junho de 2016.

**BIOSEV S.A.**  
Paulo Prignolato  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**Edital de Convocação  
BIOSEV S.A.**

Companhia Aberta  
CNPJ: 15.527.906/0001-36  
NIRE: 35.3.0034518.5  
CVM: 22845

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados, na forma da lei, os Senhores Acionistas da Biosev S.A. (“Companhia”), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de julho de 2016, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 11º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2016, bem como conhecer o relatório da administração e dos auditores independentes relativos ao mesmo período e o parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário da Companhia;

(ii) deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2016; e

(iii) deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, indicando o Presidente e o Vice Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 12, §4º do Estatuto Social.

**Voto Múltiplo.** Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 481/2009 e do artigo 1º da Instrução CVM 165/91, alterada pela Instrução CVM 282/98, o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia geral para o exercício de tal faculdade, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

**Esclarecimentos.** Nos termos do artigo 7º, §4º, do Estatuto Social da Companhia, para participar da assembleia, os Senhores Acionistas deverão (i) apresentar um documento de identidade, caso o acionista seja uma pessoa física; (ii) apresentar os atos societários pertinentes comprovando a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; e (iii) apresentar, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência do horário previsto para início da assembleia, (a) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária, com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à assembleia; e (b) se for o caso, procuração, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Finalmente, em atenção às disposições legais e estatutárias pertinentes, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no endereço eletrônico na Internet da Companhia ([www.biosev.com/ri](http://www.biosev.com/ri)), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), cópias dos documentos de interesse dos Senhores Acionistas para a participação na assembleia, incluindo aqueles exigidos pela Instrução CVM 481/2009.

São Paulo, 24 de junho de 2016.

**Patrick Julien Treuer**  
Presidente do Conselho de Administração

## ANEXO I

### **Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia**

#### **10. Comentários dos diretores**

##### **10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Os itens a seguir apresentados foram avaliados e comentados pelos nossos Diretores.

###### **10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

Nossos Diretores acreditam que temos condições financeiras e patrimoniais suficientes para manter os nossos negócios, desenvolver as nossas atividades e cumprir com as nossas obrigações de curto, médio e longo prazo, bem como que temos acesso a diferentes fontes de financiamento.

Em relação às condições patrimoniais, de acordo com a opinião de nossos Diretores, a redução do Patrimônio Líquido da Biosev ocorrida nos últimos três anos impactou de forma importante a estrutura de capital da Companhia e, portanto, passa a demandar ainda maior atenção da administração. Ainda de acordo com a opinião dos nossos Diretores, nosso nível de endividamento é compatível com as necessidades de capital, conforme demonstra nosso índice de Dívida Líquida ajustada (empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e estoques de alta liquidez disponíveis para venda) dividido pelo EBITDA ajustado<sup>1</sup> que foi de 2,95 vezes em 31 de março de 2016, 3,10 vezes em 31 de março de 2015 e 2,88 vezes em 31 de março de 2014.

Já em relação à liquidez, nossa Diretoria entende que nossa situação financeira nos permite honrar nossas obrigações assumidas perante terceiros e a nossa necessidade de capital de giro, incluindo pagamento de nossas dívidas, o que pode ser ilustrado com base no índice de liquidez corrente (ativo circulante acrescido de 30% do ativo biológico dividido pelo passivo circulante), que foi de 1,2 em 31 de março de 2016, 1,1 em 31 de março de 2015 e 1,1 em 31 de março de 2014.

###### **10.1.b. estrutura de capital**

Em 31 de março de 2016, apresentamos patrimônio líquido de R\$213 milhões, o que significou uma redução de R\$356 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2015. Essa diminuição decorre principalmente: (i) do prejuízo de R\$273 milhões registrado no exercício; e (ii) da variação negativa de R\$83 milhões na conta de Outros Resultados Abrangentes, em função do diferimento de perdas com variação cambial

---

<sup>1</sup> EBITDA é o resultado do período antes do resultado financeiro líquido, da depreciação, amortização e exaustão e do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Utilizamos, dentre outra métricas, o EBITDA como medida do nosso desempenho operacional e da nossa geração operacional de caixa. O EBITDA ajustado é calculado a partir do EBITDA (Instrução CVM 527), excluindo-se os itens não recorrentes.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS, ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos de nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização.

para essa conta. Em 31 de março de 2016, nossa estrutura de capital era composta de 3% de capital próprio e 97% de capital de terceiros.

Em 31 de março de 2015, apresentamos patrimônio líquido de R\$569 milhões, o que significou uma redução de R\$969 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2014. Essa diminuição decorre principalmente: (i) do prejuízo de R\$499 milhões registrado no exercício; e (ii) da variação negativa de R\$597 milhões na conta de Outros Resultados Abrangentes, em função do diferimento de perdas com variação cambial para essa conta. Essa redução foi parcialmente compensada por um aumento de capital privado no montante de R\$128 milhões. Em 31 de março de 2015, nossa estrutura de capital era composta de 8% de capital próprio e 92% de capital de terceiros.

Em 31 de março de 2014, apresentamos patrimônio líquido de R\$1,5 bilhão, o que significou uma redução de R\$927 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2013. A redução justifica-se principalmente: (i) pelo prejuízo de R\$1,5 bilhão realizado no exercício; e (ii) pela variação negativa de R\$111 milhões na conta de Outros Resultados Abrangentes, em função do diferimento de perdas para esta conta. Essa redução foi parcialmente compensada pela captação de R\$700 milhões relacionados à nossa abertura de capital, ocorrida em abril de 2013. Em 31 de março de 2014, a nossa estrutura de capital era composta de 22% de capital próprio e 78% de capital de terceiros.

A variação de nosso capital social pode ser observada na tabela abaixo:

Data	Capital Social	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B
31 de março de 2016	R\$2,6 bilhões, representado por 219.628.363 ações nominativas e escriturais	219.628.363	0	0
31 de março de 2015	R\$2,6 bilhões, representado por 219.628.363 ações nominativas e escriturais	219.628.363(*)	0	0
31 de março de 2014	R\$2,5 bilhões, representado por 206.810.613 ações nominativas e escriturais	206.810.613(**)	0(***)	0(***)

(\*) Aumentamos nosso capital social para R\$2.618.213.511,57, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência da subscrição particular de 12.817.750 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no valor de R\$128.177.500,00, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de dezembro de 2014, e homologado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de fevereiro de 2015.

(\*\*) Aumentamos nosso capital social para R\$2.490.036.011,57, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência da subscrição pública de 46.666.667 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no âmbito da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia, no valor de R\$700.000.005,00, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 15 de abril de 2013, e homologado em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 16 de abril de 2013.

(\*\*\*) Em 16 de abril de 2013, convertemos a totalidade das ações preferenciais Classe A e Classe B de nossa emissão em ações ordinárias de nossa emissão, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial, sendo que na mesma data ocorreu o grupamento das ações ordinárias de nossa emissão, na proporção de uma ação para cada grupo de 100 ações anteriormente existentes. Referidos eventos haviam sido aprovados na nossa Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2013 e estavam condicionados à publicação do Anúncio de Início da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia.

### 10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Nossos Diretores acreditam que possuímos perfil de endividamento, fluxo de caixa, posição de liquidez e recursos suficientes para cobrir nossas necessidades correntes e de longo prazo, embora não seja possível garantir que essa situação permanecerá inalterada. Vale mencionar que o cenário macroeconômico mundial e a conjuntura macroeconômica e política do Brasil, bem como os aspectos específicos do setor em que atuamos como, por exemplo, os preços de açúcar, etanol e energia, dentre outros fatores, podem impactar nossos resultados futuros e afetar a nossa capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.



Na eventualidade de necessitarmos de recursos financeiros adicionais, nossos Diretores acreditam que temos condições de contratar novos empréstimos para suportar nossas atividades.

A tabela a seguir mostra a parcela de curto e longo prazo de nossa Dívida Bruta (empréstimos e financiamentos), Dívida Líquida (empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras), bem como a Dívida Líquida ajustada deduzida dos estoques de alta liquidez nos três últimos exercícios sociais:

Valores em R\$ mil			
Moeda	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2014
Real	1.572.594	1.518.704	1.615.827
Dólar norte-americano	5.139.335	4.808.539	3.705.913
<b>Total</b>	<b>6.711.929</b>	<b>6.327.243</b>	<b>5.321.740</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.826.121)	(1.946.971)	(1.729.602)
Aplicações Financeiras	(413.099)	(74.539)	(118.535)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>4.472.709</b>	<b>4.305.734</b>	<b>3.473.603</b>
Estoques de Alta Liquidez Disponíveis Para Venda	(225.069)	(166.369)	(171.693)
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>4.247.640</b>	<b>4.139.365</b>	<b>3.301.911</b>

#### **10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.**

Utilizamos diversas fontes de recursos para o financiamento de nossas atividades. Possuímos linhas de crédito com bancos comerciais de primeira linha e bancos de desenvolvimento, tanto no Brasil, quanto no exterior, além de contarmos com a possibilidade de obter empréstimos ou adiantamentos junto ao nosso Acionista Controlador.

Para nossos investimentos em ativos não circulantes, tais como expansão das nossas Unidades Agroindustriais e dos nossos ativos de cogeração (“Brownfields”) e desenvolvimento de novos projetos (“Greenfields”), utilizamos nossa própria geração de caixa, linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”), bem como linhas de financiamento de outros bancos e instituições financeiras de desenvolvimento.

#### **10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Para suprir eventuais deficiências de liquidez ou descasamentos entre as disponibilidades com montantes vincendos no curto prazo, contamos com bons relacionamentos junto aos principais bancos comerciais de primeira linha, atuantes no país ou no exterior, bem como com a possibilidade de obter financiamentos ou adiantamentos junto ao nosso Acionista Controlador. Além disso, os produtos que fabricamos possuem alto grau de liquidez e podem ser facilmente comercializados, transformando-se em disponibilidades de caixa ou podendo ser oferecidos como lastro em operações financeiras.

Os investimentos em ativos não circulantes serão financiados por capital próprio e por meio de linhas específicas para essa finalidade, obtidas junto a bancos comerciais e/ou bancos de desenvolvimento.

### 10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

A tabela abaixo mostra a posição dos nossos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, divididos por moeda, no exercício social encerrado em 31 de março de 2016:

Moeda	Empréstimos e Financiamentos de curto prazo (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de 1 a 3 anos (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos de 3 a 5 anos (R\$ mil)	Empréstimos e Financiamentos mais de 5 anos (R\$ mil)	Total da dívida (R\$ mil)
Real	609.016	565.977	165.393	232.207	1.572.593
Dólar norte-americano	1.221.897	2.944.671	428.277	544.490	5.139.336
<b>Total</b>	<b>1.830.913</b>	<b>3.510.648</b>	<b>593.670</b>	<b>776.697</b>	<b>6.711.929</b>

#### 10.1.f.i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

A tabela abaixo apresenta nossos principais empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2016, incluindo nossa Dívida Reestruturada (conforme termo abaixo definido):

Empréstimos e Financiamentos	Denominado em Real (R\$ mil)	Denominado em Dólar norte-americano (R\$ mil)	Total (R\$ mil)
Dívida Reestruturada	555.915	1.162.546	1.718.461
Agências de Desenvolvimento (BNDES / FCO / FNE/ FINAME / Proparco)	234.762	177.945	412.707
Financiamentos à exportação	547.075	3.798.845	4.345.920
Programa de Securitização Agrícola - PESA	10.857	-	10.857
Cédula de Crédito Bancário	223.984	-	223.984
<b>Total</b>	<b>1.572.593</b>	<b>5.139.336</b>	<b>6.711.929</b>

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais contratos celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2016.

#### Refinanciamento das dívidas do Grupo Santelisa Vale

Em 26 de outubro de 2009, foi implementada a associação com o Grupo Santelisa Vale. No âmbito de tal associação, parte substancial das dívidas bancárias da Santelisa Vale Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.) e da Usina Continental S.A. (sucédida por incorporação pela LDC-SEV Bioenergia S.A., atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.) foi reestruturada junto aos principais credores da Santelisa Vale Bioenergia S.A. e da Usina Continental S.A. (“Dívida Reestruturada”), nos termos do Contrato Global de Reconhecimento de Obrigações e Outras Avenças, celebrado em 24 de setembro de 2009, conforme aditado (“Contrato Global”). Tal reestruturação englobou (i) a renegociação de taxas e prazos, incluindo o alongamento do prazo de pagamento de parte dessa dívida em até 15 anos, contados a partir de 10 de julho de 2009, com dois anos de carência de juros e quatro anos de carência do principal, e (ii) a conversão de parte da dívida de determinados credores em ações preferenciais da LDC Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev S.A.) e da

LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.), as quais foram convertidas em ações ordinárias da Biosev S.A. quando da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, nos termos do Contrato Global. Para o refinanciamento da Dívida Reestruturada denominada em dólar norte-americano, celebramos contratos de pré-pagamento de exportação com taxa de juros Libor acrescida de uma margem. Já com relação ao refinanciamento da Dívida Reestruturada denominada em Reais, emitimos debêntures não conversíveis em ações e celebramos contratos bilaterais com taxa de juros CDI acrescida de uma margem. A Dívida Reestruturada é garantida por ações de emissão da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.), alguns dos ativos e determinado fluxo de recebíveis da LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.).

Conforme acima mencionado, parte da instrumentalização da Dívida Reestruturada foi realizada por meio da emissão, pela LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.), em 22 de setembro de 2011, de 3.822.161 debêntures não conversíveis em ações, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM nº 476”) e da escritura firmada em 14 de julho de 2011, conforme descrito no item 18.5 deste Formulário de Referência. As debêntures emitidas pela LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.) contam com as mesmas garantias da Dívida Reestruturada.

Em 31 de março de 2016, nossa Dívida Reestruturada totalizava R\$1,7 bilhão, sendo que (a) R\$556 milhões correspondiam à dívida denominada em Reais, dos quais R\$303 milhões foram instrumentalizados por meio de emissão de debêntures em setembro de 2011, nos termos da Instrução CVM nº 476, e (b) R\$1,2 bilhão correspondia à dívida denominada em moeda estrangeira, exclusivamente em dólares norte-americanos, instrumentalizada por meio de operação de pré-pagamento de exportação.

#### Financiamentos junto ao BNDES

Os financiamentos junto ao BNDES são corrigidos pela taxa de juros de longo prazo (“TJLP”) ou Cesta de Moedas acrescidas da remuneração básica do BNDES e da taxa de remuneração da instituição financeira repassadora, se aplicável, e são utilizados para os projetos de expansão de nossas Unidades Agroindustriais e de Brownfields, bem como para o desenvolvimento de Greenfields, com prazo de 7 a 14 anos. Os financiamentos na modalidade FINAME são repasses de financiamento do BNDES utilizados para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, com prazo de 4 a 8 anos.

Em 31 de março de 2016, o saldo dos financiamentos junto ao BNDES era de R\$117 milhões, incluindo o saldo dos financiamentos da modalidade FINAME, que corresponde a 1,8% dos financiamentos contratados.

#### Financiamento junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (“FCO”) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”)

Temos também linha de financiamento do FCO, administrada pelo Banco do Brasil S.A., para financiamentos de projetos no Centro-Oeste, e linha de financiamento do FNE, administrada pelo Banco do Nordeste do Brasil, para financiamentos de projetos no Nordeste. As referidas linhas são corrigidas por taxas de juros sujeitas a bônus de adimplência e os respectivos financiamentos são garantidos pelos próprios ativos financiados e por fiança bancária.

Em 31 de março de 2016, o saldo do financiamento junto ao FCO era de R\$107 milhões e o saldo do financiamento junto ao FNE era de R\$10 milhões, que correspondem a 1,6% e 0,2%, respectivamente, dos financiamentos contratados.

#### Financiamentos à exportação

Utilizamos ainda linhas de financiamento à exportação, geralmente denominadas em dólares norte-americanos, junto a bancos comerciais de primeira linha, nacionais e estrangeiros, usualmente lastreadas no nosso fluxo de recebíveis de exportação.

O saldo das nossas linhas de financiamento à exportação em 31 de março de 2016 era de R\$4,4 bilhões, que corresponde a 64,7% dos financiamentos contratados. Abaixo listamos os principais financiamentos deste grupo:

a) Cédulas de Crédito à Exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A.

Em 28 de março de 2011, nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A., emitiu notas de crédito à exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., totalizando R\$100 milhões. Os recursos foram destinados ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Esta operação teve como garantia o aval da Biosev S.A.

Em 30 de março de 2012, emitimos uma cédula de crédito à exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., no valor de R\$100 milhões, destinada ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. Esta emissão contou com o aval da Biosev Bioenergia S.A.

Em 25 de março de 2013, celebramos junto ao Banco BTG Pactual S.A. aditamentos às operações citadas anteriormente que, dentre outras alterações, converteram a denominação dos financiamentos para “cédulas de crédito à exportação”, alongaram o vencimento final para 22 de abril de 2016 e converteram o saldo para o equivalente denominado em dólares norte-americanos. Sobre o saldo devedor incide uma taxa fixa. Estes contratos são garantidos por (i) aval da Biosev S.A e da Biosev Bioenergia S.A, e (ii) alienação fiduciária de bens móveis (posteriormente substituída por penhor mercantil).

Em 26 de março de 2013, emitimos uma cédula de crédito à exportação em favor do Banco BTG Pactual S.A., no valor de US\$50 milhões, destinada ao financiamento à exportação e/ou à produção de bens para a exportação, bem como às atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação. O vencimento final desta nota é 22 de abril de 2016. Sobre o saldo devedor incide uma taxa fixa. Este contrato é garantido por (i) aval da nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A., e (ii) penhor mercantil.

Em 18 de junho 2013, foi firmado um instrumento particular de penhor mercantil de etanol e/ou açúcar, o qual substituiu a alienação fiduciária de bens móveis que garantia as cédulas de crédito à exportação acima mencionadas, tendo sido posteriormente aditado para refletir as alterações da operação.

Em 27 de março de 2015, as cédulas de crédito à exportação anteriormente mencionadas foram aditadas, prorrogando o vencimento total da operação para 22 de abril de 2017.

Em 22 de dezembro de 2015, as cédulas de crédito à exportação foram novamente aditadas, prorrogando o vencimento total da operação para 24 de abril de 2017, com troca da moeda da operação para Reais, alteração da taxa para 137% do CDI e manutenção do penhor mercantil de etanol como garantia da operação.

O saldo das operações acima mencionadas, em 31 de março de 2016, era de R\$364 milhões, que corresponde a 5,4% dos financiamentos contratados.

b) Financiamento Sindicalizado

Em 16 de julho de 2012, a nossa subsidiária sediada na Suíça, LDC Bioenergia International S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia International S.A.), firmou um contrato de empréstimo com um sindicato composto por seis bancos, liderado pelo Credit Agricole Corporate and Investment Bank, London Branch e pelo Natixis, no valor de US\$210 milhões, dos quais (i) US\$126 milhões foram amortizados em sete parcelas, com vencimento final em 31 de janeiro de 2015; e (ii) US\$84 milhões referiam-se a uma parcela rotativa, com vencimento final em 31 de janeiro de 2015, sendo que o prazo de repagamento de cada desembolso da parcela rotativa era de, no máximo, um ano. Em 31 de dezembro de 2012, havíamos captado a totalidade dos recursos de ambas as parcelas (i) e (ii). O financiamento era garantido por nosso aval e pelo aval de nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A. O empréstimo também foi parcialmente garantido por penhor de cana e/ou fluxo de recebíveis de exportação. A liquidação final da operação ocorreu em 30 de janeiro de 2015.

Em 9 de janeiro de 2015, a nossa subsidiária, Biosev Bioenergia International S.A., firmou um novo contrato de financiamento com um sindicato composto por oito bancos, liderado pelo Credit Agricole Corporate and Investment

Bank, London Branch, ING Capital LLC e Natixis, New York Branch, no valor de US\$318 milhões, dos quais 100% são amortizáveis em nove parcelas, com vencimento final em 30 de abril de 2018. O financiamento é garantido por nosso aval e pelo aval de nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A. e também por penhor de cana e/ou fluxo de recebíveis de exportação.

Em 31 de março de 2016, o saldo do financiamento sindicalizado era de R\$867 milhões, que corresponde a 12,9% dos financiamentos contratados.

c) Pré-pagamento de Exportação do Banco Bradesco S.A.

Em 1 de novembro de 2010 e 13 de outubro de 2011, celebramos com o Banco Bradesco S.A., respectivamente, uma operação de pré-pagamento à exportação no valor de US\$195 milhões, e duas operações de pré-pagamento à exportação, no valor total de US\$42 milhões. Tais operações possuíam datas de vencimento distintas, sendo que a mais longa possuía vencimento em 04 de outubro de 2013. Em 23 de outubro de 2012, as referidas operações foram alongadas, e as respectivas datas de vencimento passaram a ser 22 de outubro de 2014, 31 de março de 2015 e 24 de setembro de 2015. Os pré-pagamentos eram garantidos por aval da nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A.

Em 30 de setembro de 2014, as operações de pré-pagamento citadas acima, com valor total de US\$145 milhões em referida data, foram aditadas, passando a respeitar um fluxo de pagamento de juros e principal semestral, com 2,5 anos de carência de principal, e vencimento final em 30 de setembro de 2019. Os pré-pagamentos passaram a ser garantidos também por penhor agrícola de cana-de-açúcar e por fluxo de recebíveis de exportação.

Em 31 de março de 2016, o saldo de tais operações era de R\$531 milhões, que corresponde a 7,49% dos financiamentos contratados.

d) ACC Umbrella

Em 10 de junho de 2014, celebramos um contrato de financiamento com um sindicato composto por dez bancos, liderado pelo ING Bank N.V, instrumentalizado por meio de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs) renovados a cada repagamento, no valor total de US\$440 milhões. Tais operações possuem data final de vencimento em 26 de junho de 2017. Os ACCs são tomados por nós ou por nossa subsidiária, Biosev Bioenergia S.A., e, dependendo de seu tomador, são garantidos por nosso aval ou pelo aval da nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A.

Em 31 de março de 2016, o saldo de tais operações era de R\$1.723 milhões, que corresponde a 25,7% dos financiamentos contratados.

e) Cédulas de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil S.A.

Em 11 de junho de 2015, 10 de julho de 2015 e 24 de março de 2016, emitimos três cédulas de crédito bancário em favor do Banco do Brasil S.A., nos valores de R\$40 milhões, R\$81 milhões e R\$100 milhões, respectivamente. Sobre o saldo devedor incidem encargos, calculados com base em um percentual do CDI e/ou taxa prefixada. Estas cédulas de crédito bancário são garantidas por aval de nossa subsidiária Biosev Bioenergia S.A.

Em 31 de março de 2016, o saldo destas cédulas de crédito bancário era de R\$224 milhões, que corresponde a 3,3% dos financiamentos contratados.

f) Financiamento com a Proparco – agência de desenvolvimento francesa

Em 11 de dezembro de 2015, contratamos um financiamento junto a PROPARGO, agência de desenvolvimento francesa, para financiar um projeto de investimentos que visa aumentar a produtividade industrial e agrícola, bem como custear as despesas entressafra. O financiamento tem valor total de US\$ 60 milhões e prazo de vencimento de 140 meses e taxa de Libor de 6 meses acrescido da média de 5,8% ao ano em dólar. As garantias desta operação são hipoteca dos imóveis das usinas situadas nos Municípios de Estivas (PB), Giasa (RN) e Maracaju (MS), o penhor de suas respectivas máquinas e equipamentos, e o penhor dos recebíveis dos seguros correspondentes.

Em 31 de março de 2016, foi feito o desembolso da primeira tranche da operação, no valor de US\$50 milhões. Em 31 de março de 2016, o saldo desta operação era de R\$178 milhões, que corresponde a 83,3% do financiamento contratado junto à Proparco.

#### **10.1.f.ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

Além das relações de longo prazo mencionadas acima, possuímos operações de proteção (*hedge*) de taxa de juros junto a bancos brasileiros e internacionais, para proteção de parte da Dívida Reestruturada denominada em dólares norte-americanos com taxa de juros Libor. Firmamos dois contratos (*Swap Libor*) com bancos de primeira linha, os quais seguem o mesmo fluxo de amortização e pagamento de juros da Dívida Reestruturada com vencimento final em 2024.

#### **10.1.f.iii. grau de subordinação entre as dívidas.**

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias. As dívidas que contam com garantias reais desfrutam das preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de nossas dívidas, principalmente aquelas contraídas junto ao BNDES, incluindo os FINAMEs e as linhas de financiamento do FCO e do FNE, bem como a Dívida Reestruturada, o financiamento sindicalizado, as cédulas de crédito à exportação com o Banco BTG Pactual, o pré-pagamento de exportação com o Bradesco e o financiamento com a Proparco, dentre outras, estão garantidas por ônus reais.

#### **10.1.f.iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento de tais restrições.**

Alguns empréstimos e financiamentos que assumimos contêm cláusulas restritivas de mudança de controle societário usuais para este tipo de operação. Além disso, aqueles envolvendo a Dívida Reestruturada e certos financiamentos à exportação impõem restrições de endividamento mensuradas por meio de índices financeiros relacionados à liquidez corrente, EBITDA dividido pela despesa financeira líquida e dívida líquida dividida pelo EBITDA (conforme tais termos são definidos nos respectivos contratos). Tais índices financeiros são aplicáveis a partir de 31 de março de 2011 e são apurados anualmente, no final de cada exercício social, com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas. A tabela abaixo mostra os índices financeiros aplicáveis desde 31 de março de 2012:

<b>Índices Financeiros</b>	<b>Objetivo em 31/03/2012</b>	<b>Objetivo em 31/03/2013</b>	<b>Objetivo a partir de 31/03/2014</b>
Liquidez corrente – maior ou igual:	1,1	1,1	1,1
EBITDA sobre despesa financeira líquida – maior ou igual	1,5	2,0	2,5
Dívida líquida sobre EBITDA – menor ou igual	5,0	4,5	3,5

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2016, 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, atendemos a todos os nossos compromissos contratuais de empréstimos e financiamentos.

Alguns empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas de alienação de ativos, dentre outras usuais para este tipo de operação. As cláusulas restritivas de alienação de ativos constantes dos nossos principais contratos (conforme identificados no item 10.1.f.(i) acima) impõem, na maioria dos casos, determinadas condições à alienação de nossos ativos fixos. Dentre referidas condições, as principais referem-se à exigência de que, conforme estipulado em cada um dos respectivos contratos, (i) tais alienações sejam realizadas no curso ordinário das nossas atividades; ou (ii) os recursos decorrentes de tais alienações sejam utilizados para adquirir outro(s) ativo(s) visando a substituição do(s) ativo(s) alienado(s), ou sejam utilizados em nosso projeto de investimento (respeitados os termos do respectivo contrato), ou ainda, sejam utilizados para amortizar a respectiva dívida (no caso da Dívida Reestruturada); ou (iii) tais alienações envolvam ativos (a) cuja alienação acarrete uma

redução da nossa capacidade total de moagem (assim considerada no agregado) até um determinado percentual (conforme estipulado no respectivo contrato), desde que não gerem um efeito adverso material (conforme definido nos respectivos contratos), ou, conforme o caso, (b) que tenham valor de venda ou valor contábil superior a um determinado valor (conforme estipulado no respectivo contrato).

Em alguns de nossos principais contratos (conforme identificados no item 10.1.(f).(i) acima) há ainda cláusulas que restringem a oneração (o que inclui a alienação fiduciária) de nossos ativos, salvo exceções previstas para casos específicos estipulados em cada um dos respectivos contratos. Dentre as hipóteses permissivas, além daquelas realizadas no curso normal dos nossos negócios, as principais referem-se a onerações (i) sobre quaisquer ativos que garantam dívidas incorridas ou assumidas com o propósito de financiar, no todo ou em parte, custo de aquisição do bem onerado, (ii) que se apresentem sobre a forma de servidão, faixa de domínio, restrição ou outra limitação imposta em decorrência do curso normal dos negócios, (iii) constituídos em favor de instituições multilaterais de crédito ou similares, incluindo BNDES, (iv) constituídos sobre nossa cana-de-açúcar, estoques e recebíveis no curso normal dos negócios até um determinado percentual (estipulado nos termos de cada contrato) do total de nossa cana-de-açúcar, estoques e recebíveis.

#### **10.1.g. limites dos financiamentos e percentuais já utilizados**

Em 11 de dezembro de 2015, contratamos um financiamento junto a PROPARCO, agência de desenvolvimento francesa, para financiar um projeto de investimentos que visa aumentar a produtividade industrial e agrícola, bem como custear as despesas entressafra. O financiamento tem valor total de US\$ 60 milhões e prazo de vencimento de 140 meses e taxa de Libor de 6 meses acrescido da média de 5,8% ao ano. Em 31 de março de 2016 foi feito o desembolso da primeira tranche da operação, no valor de US\$ 50 milhões. Em 31 de março de 2016 o saldo desta operação era de R\$ 178 milhões, que corresponde a 83,3% do total contratado.

#### **10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

##### **Base de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, ativos mantidos para venda e pelo ativo biológico, mensurados pelos seus valores justos conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## Demonstração de Resultado do Exercício:

Abaixo nossa demonstração do resultado consolidado dos três últimos exercícios sociais:

(Valores expressos em R\$ mil)	Consolidado							
	31/03/2016	AV <sup>(1)</sup>	AH 2016 - 2015 <sup>(2)</sup>	31/03/2015	AV <sup>(1)</sup>	AH 2015 - 2014 <sup>(2)</sup>	31/03/2014	AV <sup>(1)</sup>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>6.162.648</b>	<b>100%</b>	<b>36,55%</b>	<b>4.513.181</b>	<b>100%</b>	<b>5,76%</b>	<b>4.267.523</b>	<b>100%</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(4.400.272)	-71,40%	22,97%	(3.578.473)	-79,29%	-6,63%	(3.832.515)	-
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.762.376</b>	<b>28,60%</b>	<b>88,55%</b>	<b>934.708</b>	<b>20,71%</b>	<b>114,87%</b>	<b>435.008</b>	<b>10,19%</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(483.492)</b>	<b>-7,85%</b>	<b>0,78%</b>	<b>(479.769)</b>	<b>-10,63%</b>	<b>-50,05%</b>	<b>(960.553)</b>	<b>22,51%</b>
Gerais, administrativas e de vendas	(580.295)	-9,42%	6,38%	(545.482)	-12,09%	-2,57%	(559.876)	-
Resultado de equivalência patrimonial	6.095	0,10%	-	(11.001)	-0,24%	582,44%	(1.612)	-0,04%
Outras receitas operacionais	234.961	3,81%	-38,06%	379.331	8,40%	53,64%	246.891	5,79%
Outras despesas operacionais	(144.253)	-2,34%	-52,33%	(302.617)	-6,71%	-53,15%	(645.956)	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(1.233.092)</b>	<b>-20,01%</b>	<b>9,72%</b>	<b>(1.123.846)</b>	<b>-24,90%</b>	<b>94,85%</b>	<b>(576.779)</b>	<b>13,52%</b>
Receitas financeiras	480.039	7,79%	44,23%	332.824	7,37%	65,11%	201.580	4,72%
Despesas financeiras	(1.255.526)	-20,37%	49,14%	(841.844)	-18,65%	41,65%	(594.319)	-
Variação Cambial	(457.605)	-7,43%	-25,57%	(614.826)	-13,62%	234,07%	(184.040)	13,93%
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>45.792</b>	<b>0,74%</b>	<b>-</b>	<b>(668.907)</b>	<b>-14,82%</b>	<b>-39,32%</b>	<b>(1.102.324)</b>	<b>25,83%</b>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(318.449)	-5,17%	-	170.190	3,77%	-	(364.475)	-8,54%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(272.657)</b>	<b>-4,42%</b>	<b>-45,33%</b>	<b>(498.717)</b>	<b>-11,05%</b>	<b>-66,00%</b>	<b>(1.466.799)</b>	<b>34,37%</b>

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a representatividade em relação à Receita Líquida.

(2) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha em relação ao ano anterior.



## **Principais alterações nas contas de resultado, comparando 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015.**

### Receita Líquida

A receita líquida atingiu R\$6,2 bilhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2016, representando um aumento de 36,5% em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Esse desempenho decorre principalmente do aumento dos volumes vendidos e dos preços de açúcar e etanol, além do aumento da receita com outros produtos.

**Açúcar** – No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, a receita líquida foi de R\$2,3 bilhões, representando um aumento de 11,6% na comparação com o exercício social anterior. Esse resultado reflete principalmente o crescimento de 6,3% dos volumes vendidos combinado com o aumento de 8,2% dos preços médios no período. O aumento dos preços médios observados durante o exercício reflete a recuperação do preço do açúcar no mercado internacional, bem como o aumento da participação dos açúcares cristal líquido e refinado, produtos de maior valor agregado, no mix de vendas.

**Etanol** – A receita líquida de etanol atingiu R\$2,1 bilhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2016, um aumento de 22,3% em relação ao exercício social anterior. Esse resultado reflete principalmente o crescimento de 7,6% dos volumes vendidos, combinado com o aumento de 15,9% dos preços médios no período. A elevação dos preços decorre principalmente: (i) do aumento da participação no mix de vendas do etanol anidro, que é negociado a prêmio em relação ao hidratado, e (ii) das medidas tributárias de incentivo ao consumo de etanol (redução da alíquota do ICMS em MG, aumento do teor de anidro na gasolina e reintrodução da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE) implementadas em 2015 que, combinadas com o aumento do preço da gasolina, favoreceram a demanda pelo etanol e conseqüentemente impulsionaram os preços.

**Energia** – A receita de energia alcançou R\$233 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2016, uma redução de 17,9% em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Esse desempenho é resultado principalmente do decréscimo de 26,2% nos preços médios, que foram impactados pela redução significativa no preço médio do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) durante a safra 15/16. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento de 11,2% no volume vendido, que foi impulsionado pelo aumento da moagem e pelo aumento das operações de revenda de energia.

**Outros Produtos** – no exercício social encerrado em 31 de março de 2016, a receita com outros produtos foi de R\$1,6 bilhão, sendo que a maior parte está relacionada com a performance de contratos de exportação. O principal fator para este aumento foi o descasamento entre o fluxo de exportações da Biosev e os vencimentos de contratos de dívida em moeda estrangeira.

### Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, o CPV total foi de R\$4,4 bilhões na safra 15/16, um aumento de 23,0% em relação ao exercício social anterior. Esse acréscimo deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) ao maior volume de operações de revenda, incluídas as performances de exportação, (ii) ao aumento do volume de ATR vendido, (iii) à extensão do período de moagem da safra atual em relação à safra anterior, o que aumentou a parcela dos desembolsos alocados no CPV e reduziu os gastos diferidos para o CAPEX e (iv) ao aumento dos custos unitários. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela variação positiva do valor justo do ativo biológico menos os seus custos estimados de venda, principalmente em função da atualização das premissas de preços de açúcar e etanol e do impacto positivo da variação cambial.

Excluindo-se os efeitos não caixa e os custos com revenda, o CPV foi de R\$2,2 bilhões, um montante 25,6% acima do apresentado no exercício social anterior. O CPV unitário passou de R\$492/ton para R\$574/ton entre os exercícios em função: (i) dos maiores custos com matéria prima decorrente do aumento de 17,7% do Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“CONSECANA”); (ii) do aumento do preço do diesel e seus impactos sobre o Corte Carregamento e Transporte (CCT) e (iii) do aumento dos custos com insumos industriais em função da desvalorização do Real frente ao Dólar.

### Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, o Lucro Bruto foi de R\$1,8 bilhão, um montante 88,6% acima do apresentado no exercício anterior. O Lucro Bruto caixa (excluindo-se as depreciações, amortizações e variações no ativo biológico) totalizou R\$1,88 bilhão, com uma margem bruta de 30,5%. Excluindo-se as operações de revenda e o efeito do *hedge accounting* da dívida em moeda estrangeira na receita líquida, o Lucro Bruto caixa foi de R\$1,9 bilhão, com uma margem bruta de 46,4%. Esse resultado representou uma redução de 4,1% em relação ao exercício findo em 31 de março de 2015 e reflete principalmente os maiores custos unitários observados no período.

### Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA's)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, as DVGA's totalizaram R\$580 milhões, um aumento de 6,4% na comparação com o exercício anterior. Excluindo-se as despesas com depreciação, as DVGA's caixa totalizaram R\$550 milhões, um aumento de 7,6% em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Esse aumento foi inferior à inflação registrada no período medida pelo IPCA, que foi de 9,4%, consolidando, portanto, uma redução real de aproximadamente 1,5%.

O principal fator que contribuiu para esta variação foi o aumento das despesas com vendas em função do incremento dos gastos logísticos associados principalmente ao aumento da parcela de produtos exportados no mix de vendas em comparação com a safra anterior. Esse incremento foi parcialmente compensado pela redução de 3,6% das despesas gerais e administrativas, que totalizaram R\$331 milhões. Cabe destacar a redução de 11,6% nas despesas com pessoal, refletindo as iniciativas de otimização de processos da Companhia.

### EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado foi de R\$1,4 bilhão (incluindo revenda/HACC), um montante 7,9% superior ao registrado na safra anterior e recorde histórico para a Companhia.

Visando uma análise mais adequada da rentabilidade operacional da Companhia, decidimos excluir do cálculo do EBITDA ajustado os efeitos das operações de revenda, das performances de exportação e o impacto do *hedge accounting* (HACC) de dívida em moeda estrangeira na receita líquida (impacto não caixa). Neste sentido, o EBITDA ajustado ex-revenda/HACC totalizou R\$1,5 bilhão no exercício social encerrado em 31 de março de 2016, um crescimento de 7,9% em relação ao valor registrado no exercício social anterior, em função principalmente dos maiores preços e volumes vendidos de açúcar e etanol.

A margem EBITDA na safra 15/16 foi de 35,9%, representando uma redução de 2,7% em relação ao valor apresentado na safra anterior em função principalmente do aumento dos custos unitários, conforme já discutido.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de março de 2016 foi uma despesa de R\$1,2 bilhão, representando um aumento de 9,7% sobre o valor registrado no exercício social anterior.

A variação cambial líquida foi de R\$458 milhões negativos resultado da desvalorização de 10,9% do Real em relação ao Dólar norte-americano sobre a parcela do passivo denominado em Dólares norte-americanos e representa 62,3% do total da variação cambial incorrida no exercício findo em 31 de março de 2016. A parcela restante de R\$277 milhões foi diferida para a conta de Outros Resultados Abrangentes, de acordo com nossa política de *Hedge Accounting*.

Excluindo-se o efeito da variação cambial, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$775 milhões, um aumento de 52,3% ao exercício social anterior. Esse aumento decorre principalmente da marcação a mercado e realização de posições de instrumentos derivativos de moeda e do aumento das despesas com juros.

### Resultado antes da Tributação (EBT)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social foi de R\$46 milhões, o que compara com um resultado negativo de R\$669 milhões registrado na safra anterior. Além dos aspectos já discutidos nos itens anteriores, esse resultado reflete o impacto positivo da variação do valor justo do ativo biológico.

### Resultado do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, o resultado foi negativo em R\$273 milhões, o que se compara a um prejuízo de R\$499 milhões no exercício social anterior. Em adição aos fatores analisados anteriormente, o resultado do exercício social foi impactado pela despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL) diferidos, de R\$318 milhões negativos decorrente da (i) variação nas diferenças temporárias tributáveis do período, concentradas principalmente na variação do valor justo do ativo biológico e na valorização a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, além da (ii) não constituição de imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da Contribuição Social, todos esses efeitos de caráter econômico, não gerando impactos de caixa.

### **Principais alterações nas contas de resultado, comparando 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014.**

#### Receita Líquida

A receita líquida atingiu R\$4,5 bilhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2015, representando um aumento de 5,8% em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Esse desempenho decorre principalmente dos maiores preços de açúcar, etanol e energia, além do aumento do volume vendido de outros produtos.

**Açúcar** – No exercício social encerrado em 31 de março de 2015, a receita líquida foi de R\$2,1 bilhões, representando uma redução de 7,1% na comparação com o exercício social encerrado em 31 de março de 2014. Essa redução ocorreu essencialmente pela diminuição dos volumes vendidos em 10,4%, como resultado da diminuição da moagem e da realização de um mix mais voltado para o etanol. A redução no volume foi parcialmente compensada pelo aumento de 10,8% dos preços no mercado interno, decorrente da maior participação dos açúcares refinado e líquido no mix de vendas. Não obstante a queda do preço do açúcar no mercado internacional, apresentamos preços ligeiramente superiores aos da safra passada, o que é resultado da nossa eficiente política de fixação de preços (*hedge*).

**Etanol** – A receita líquida de etanol atingiu R\$1,7 bilhão no exercício social encerrado em 31 de março de 2015, representando um aumento de 1,5% em relação à safra anterior. Esse desempenho decorre de volumes e preços ligeiramente superiores em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Outro aspecto importante a ser comentado é a redução do mix de etanol anidro em virtude do maior direcionamento de vapor para as unidades de cogeração, o que impactou negativamente os preços médios observados nessa safra.

**Energia** – A receita de energia alcançou R\$284 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2015, representando um acréscimo de 16,7% em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Esse desempenho reflete preços 20,7% superiores e foi parcialmente impactado pela redução de 3,3% nos volumes vendidos. O aumento dos preços reflete o maior preço médio da PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no último exercício em que pese a redução da participação das vendas no mercado spot, que totalizou 36,4% das vendas no período acumulado frente aos 39,3% comercializados na safra anterior.

**Outros Produtos** – no exercício social encerrado em 31 de março de 2015, a receita com outros produtos foi de R\$475 milhões, sendo que a maior parte desse montante está relacionada à performance de contratos de exportação. O principal fator que influenciou este aumento foi a necessidade de compensação dos volumes a serem exportados devido à: (i) diminuição da produção de açúcar em função de menor moagem, (ii) mix de produção voltado para o etanol, e (iii) redução dos preços do açúcar no mercado internacional.

### Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

No exercício social encerrado em 31 de março de 2015, o CPV total foi de R\$3,6 bilhões, representando uma redução de 6,6% sobre o valor registrado no exercício social anterior. Esse resultado decorre principalmente dos seguintes fatores: (i) redução de 5,6% no volume de vendas em ATR produto; (ii) impacto positivo de R\$771 milhões no valor justo do ativo biológico menos os seus custos estimados de venda, principalmente em função da valorização do Dólar norte-americano em relação ao Real, dado que o ativo biológico é majoritariamente denominado em Dólar norte-americano. A partir do primeiro trimestre do exercício social encerrado em 31 de março de 2015, passamos a contabilizar a totalidade da variação do valor justo do ativo biológico como CPV, visando adequação às práticas do mercado; (iii) aumento da conta depreciações e amortizações no montante de R\$395 milhões, principalmente em função do maior diferimento de custos do Polo MS causado pela redução de dias de moagem na safra 13/14 (geada); e (iv) aumento de R\$198 milhões com custos com mercadoria de revenda, principalmente em função do aumento de contratos de *performance* de exportação.

Excluindo-se os efeitos não-caixa e os custos com revenda, o CPV foi de R\$1,8 bilhão, 4,1% abaixo do apresentado no exercício anterior, em função da redução do volume de vendas e do maior diferimento de custos associado à menor quantidade de dias na safra 14/15 quando comparada à safra 13/14. Ainda na comparação entre os exercícios sociais, observamos uma redução de 3,0% no CPV unitário caixa ex-revenda, que passou de R\$507/ton na safra 13/14 para R\$492/ton na safra 14/15. Esse resultado foi positivamente impactado pela hibernação da Unidade Jardest, que proporcionou uma economia de cerca de R\$22 milhões nos custos industriais.

### Lucro Bruto

No exercício social encerrado em 31 de março de 2015, o Lucro Bruto foi de R\$935 milhões, um montante 114,9% acima do apresentado no exercício anterior. O Lucro Bruto caixa (excluindo-se as depreciações, amortizações e variações no ativo biológico) totalizou R\$1,8 bilhão, com uma margem bruta de 39,1%. Esse resultado representou um aumento de 7,5% em relação ao exercício findo em 31 de março de 2014 e reflete principalmente os maiores preços médios observados no período.

### Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA's)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2015, as DVGA's totalizaram R\$545 milhões, um montante 2,6% inferior ao valor registrado no exercício anterior. Excluindo-se as despesas com depreciação, as DVGA's caixa totalizaram R\$511 milhões, representando uma redução de 2,7% em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram: (i) a diminuição de R\$43 milhões nas despesas com vendas, reflexo principalmente dos menores volumes exportados de açúcar e etanol; (ii) o aumento de 22% nas despesas com pessoal, que representou R\$33 milhões devido principalmente à nossa reestruturação organizacional, com a realocação de colaboradores da área de origemação de cana e controle agrícola para a área comercial (DVGA) e, adicionalmente, pelos reajustes salariais associados a acordos coletivos.

### EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado totalizou R\$1,3 bilhão no exercício social encerrado em 31 de março de 2015, representando um crescimento de R\$188 milhões, em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Esse crescimento de 16,3% no EBITDA reflete o nosso melhor desempenho operacional e é também resultado das melhorias de gestão implementadas ao longo do ano safra.

Além dos fatores já comentados anteriormente, vale destacar o impacto positivo de R\$77 milhões na linha de Outras Receitas/Despesas Operacionais, principalmente relacionado com o reconhecimento de indenizações contratuais e de R\$8 milhões com itens não recorrentes relacionados com despesas tributárias (REFIS).

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de março de 2015 foi uma despesa de R\$1,1 bilhão, representando um aumento de 94,8% sobre o valor registrado no exercício social anterior. A variação cambial líquida foi de R\$615 milhões negativos contra R\$184 milhões negativos registrados no exercício social anterior e impactou fortemente o resultado financeiro do período. Essa variação foi resultado da desvalorização de 41,8% do Real em relação ao Dólar norte-americano sobre a parcela do passivo denominado em Dólares norte-americanos e

representa 41,3% do total da variação cambial incorrida no exercício findo em 31 de março de 2015. A parcela restante de R\$872 milhões foi diferida para a conta de Outros Resultados Abrangentes, de acordo com nossa política de *Hedge Accounting*. Excluindo-se o efeito da variação cambial, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$509 milhões, um aumento de 29,6% ao exercício social encerrado em 31 de março de 2014. Esse acréscimo foi impactado principalmente pelas maiores despesas com juros.

#### Resultado antes da Tributação (EBT)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2015, o resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social foi negativo em R\$669 milhões, representando uma redução de 39,3% em relação aos R\$1,1 bilhão negativos apresentados no exercício social encerrado em 31 de março de 2014. Além do melhor desempenho operacional no exercício social findo em 31 de março de 2015, a variação do EBT foi impactada pelo registro de baixas contábeis de R\$424 milhões na ocorridas safra 13/14 conforme já divulgado ao mercado.

#### Resultado do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de março de 2015, o resultado foi de R\$499 milhões negativos, representando uma redução de 66,0% em relação ao R\$1,5 bilhão registrado no exercício social anterior. Em adição aos fatores já analisados anteriormente, esse resultado foi fortemente impactado pela variação da provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL), que passou de R\$364 milhões negativos na safra 13/14 para R\$170 milhões positivos na safra 14/15. Essa variação decorre principalmente da contabilização de provisão para perda de IR/CSLL diferido ativo no montante de R\$467 milhões registrada no exercício social encerrado em 31 de março de 2015 e já comunicada ao mercado, além de diferenças temporárias registradas no exercício.

#### **Principais alterações nas contas de resultado, comparando 31 de março de 2014 e 31 de março de 2013.**

##### Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$4,3 bilhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, representando um montante 2,8% superior ao valor de R\$4,1 bilhões registrado no exercício social anterior. Esta variação decorreu principalmente do aumento dos preços médios de açúcar em 1,2%, do aumento dos volumes de vendas e preços do etanol, e do crescimento de 28,0% na receita de cogeração.

##### Custo dos produtos vendidos e Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos foi de R\$3,8 bilhões, um montante 1,9% inferior em comparação à safra anterior. Os principais fatores que impactaram os custos foram: (i) redução de R\$208 milhões nas amortizações de plantio, reflexo principalmente do menor volume de cana própria moída na safra 13/14; (ii) redução de R\$112 milhões na linha de depreciações e amortizações, essencialmente pelo menor período de entressafra na safra 13/14 em relação à entressafra na safra 12/13; (iii) aumento de 3,5% dos custos com matéria prima, em função do acréscimo da proporção de cana de terceiros no mix. Este incremento foi em parte compensado pela redução de 3,3% no preço final do kg de ATR de São Paulo (CONSECANA), que fechou a safra 13/14 em R\$0,4572 kg/ton, contra R\$0,4728 kg/ton na safra 12/13; (iv) a redução de 14,3% nos gastos com insumos industriais, que refletem fundamentalmente a menor produção de açúcar refinado e cristal (decréscimo de aproximadamente 20%), gerando menores custos com embalagens.

##### Lucro Bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$435 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, um aumento de 11,4% em relação ao ano anterior. Este aumento reflete principalmente os maiores preços de açúcar, aumento dos volumes de vendas e preços do etanol e aumento da receita de cogeração. O Lucro Bruto caixa (excluindo-se as depreciações, amortizações e variações no ativo biológico) totalizou R\$1,6 bilhão, com uma margem bruta de 38,5%.

##### Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (DVGA's)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, as DVGA's totalizaram R\$560 milhões, um montante 1,7% superior ao valor registrado no exercício anterior. Excluindo-se as despesas com depreciação, as DVGA's caixa

totalizaram R\$525 milhões no exercício encerrado em 31 de março de 2014, 2,2% acima do montante observado no exercício anterior. O item que mais contribuiu para esse aumento foi o aumento dos desembolsos associados a projetos de consultorias. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução de 25,0% nas despesas de embarque, em função da menor exportação de açúcar neste exercício.

#### EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado no exercício social findo em 31 de março de 2014 foi de R\$1,1 bilhão, uma diminuição de 10,7% em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram: (i) aumento de 14,0% no CPV caixa; (ii) a reversão de itens não recorrentes contabilizados na linha Outras Despesas Operacionais no montante de R\$424 milhões, decorrentes principalmente da provisão para baixa de ativos e de gastos com reestruturação organizacional. Eventos climáticos adversos também afetaram negativamente o EBITDA, um montante estimado em R\$ R\$328 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2014.

#### Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de março de 2014 foi uma despesa de R\$577 milhões, representando uma redução de 10,0% em comparação com o valor registrado no exercício social anterior. A variação cambial líquida foi de R\$184 milhões, um montante 53,4% superior aos R\$120 milhões registrados no exercício social anterior. Essa variação é decorrente da desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano, que foi de 12,4% e representa aproximadamente 50% do total da variação cambial incorrida na safra, visto que a parcela restante foi diferida para a conta de patrimônio líquido, de acordo com nossa política de *Hedge Accounting*. Excluindo-se os efeitos da variação cambial, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 393 milhões, uma redução de 24,5% em relação ao período anterior. Cabe destacar a respeito desta variação: (i) redução de despesas com juros em 11,6%, resultado do menor endividamento médio quando comparados os dois períodos; (ii) aumento das receitas com juros, decorrentes de um maior saldo médio de caixa e aplicações financeiras no exercício (R\$1,8 bilhão ao final safra 13/14 contra R\$1,4 bilhão ao final da safra 12/13); e (iii) redução de 42,6% nas despesas líquidas de derivativos, resultado principalmente de um ganho de R\$51 milhões com derivativos de moeda. Esse ganho no resultado é reflexo de um maior diferimento da variação cambial para a conta de patrimônio, de acordo com nossa política de *Hedge Accounting*.

#### Resultado do Exercício

O resultado do exercício social encerrado em 31 de março de 2014 foi de R\$1,5 bilhão negativo. Em adição aos fatores já analisados anteriormente, cabe destacar o impacto negativo, de natureza econômica, que foi a provisão de R\$467 milhões referentes à baixa de imposto de renda ativo diferido, conforme já divulgado em Fato Relevante ao mercado. Excluindo-se efeitos não recorrentes provenientes do Plano de Negócios divulgado em 20 de março de 2014, o resultado do período foi igual a R\$725 milhões negativos, o que se compara aos R\$620 milhões apresentados na safra anterior.

## Análise do Balanço Patrimonial

Abaixo foram listadas todas as linhas de nosso balanço patrimonial consolidado, com a correspondente comparação dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2016, 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014:

ATIVO	31/03/2016	AV <sup>(1)</sup>	AH 2016 - 2015 <sup>(2)</sup>	31/03/2015	AV <sup>(1)</sup>	AH 2015 - 2014 <sup>(2)</sup>	31/03/2014	AV <sup>(1)</sup>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.418.493</b>	<b>29,55%</b>	<b>8,26%</b>	<b>3.157.599</b>	<b>30,77%</b>	<b>9,11%</b>	<b>2.894.073</b>	<b>30,37%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.826.121	15,79%	-6,21%	1.946.971	18,97%	12,57%	1.729.602	18,15%
Aplicações financeiras	408.268	3,53%	447,72%	74.539	0,73%	-37,12%	118.535	1,24%
Instrumentos financeiros derivativos	46.077	0,40%	109,46%	21.998	0,21%	-30,97%	31.867	0,33%
Contas a receber	156.000	1,35%	-43,00%	273.679	2,67%	-1,63%	278.206	2,92%
Estoques	807.533	6,98%	78,60%	452.147	4,41%	-10,47%	505.021	5,30%
Impostos a recuperar	117.529	1,02%	-24,82%	156.324	1,52%	51,12%	103.445	1,09%
Outros créditos	53.459	0,46%	-76,67%	229.162	2,23%	156,74%	89.257	0,94%
Ativos mantidos para venda	3.506	0,03%	26,16%	2.779	0,03%	-92,71%	38.140	0,40%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>8.148.255</b>	<b>70,45%</b>	<b>14,68%</b>	<b>7.104.996</b>	<b>69,23%</b>	<b>7,08%</b>	<b>6.635.135</b>	<b>69,63%</b>
Aplicações financeiras	4.831	0,04%	-57,98%	11.496	0,11%	0,00%	-	0,00%
Adiantamentos a fornecedores	21.404	0,19%	-8,98%	23.515	0,23%	-13,76%	27.268	0,29%
Depósitos judiciais	237.877	2,06%	47,30%	161.491	1,57%	-5,16%	170.273	1,79%
Impostos a recuperar	253.388	2,19%	72,17%	147.176	1,43%	-1,20%	148.970	1,56%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	164.090	1,42%	-37,71%	263.445	2,57%	671,73%	34.137	0,36%
Outros créditos	19.545	0,17%	-53,29%	41.840	0,41%	23,33%	33.924	0,36%
Ativo biológico	2.834.735	24,51%	68,23%	1.685.048	16,42%	31,66%	1.279.891	13,43%
Investimentos	209.655	1,81%	-2,50%	215.029	2,10%	-7,92%	233.530	2,45%
Ativo imobilizado	3.468.567	29,99%	-4,15%	3.618.599	35,26%	-3,79%	3.761.140	39,47%
Intangível	934.163	8,08%	-0,34%	937.357	9,13%	-0,91%	946.002	9,93%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>11.566.748</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,71%</b>	<b>10.262.595</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,70%</b>	<b>9.529.208</b>	<b>100,00%</b>

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a representatividade em relação ao Total do Ativo.

(2) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha em relação ao ano anterior.

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/03/2016</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>	<b>AH 2016 - 2015<sup>(2)</sup></b>	<b>31/03/2015</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>	<b>AH 2015 - 2014<sup>(2)</sup></b>	<b>31/03/2014</b>	<b>AV <sup>(1)</sup></b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>3.602.957</b>	<b>31,15%</b>	<b>7,68%</b>	<b>3.345.864</b>	<b>32,60%</b>	<b>13,63%</b>	<b>2.944.429</b>	<b>30,90%</b>
Empréstimos e financiamentos	1.830.913	15,83%	13,33%	1.615.579	15,74%	-15,28%	1.907.036	20,01%
Adiantamentos de clientes no País	29.389	0,25%	46,64%	20.042	0,20%	-67,41%	61.493	0,65%
Adiantamentos de clientes no exterior	637.884	5,51%	33,15%	479.075	4,67%	129,58%	208.672	2,19%
Fornecedores	572.483	4,95%	31,28%	436.073	4,25%	30,59%	333.913	3,50%
Provisões e encargos sobre a folha de pagamento	124.720	1,08%	14,58%	108.849	1,06%	5,08%	103.589	1,09%
Impostos e contribuições a recolher	46.035	0,40%	-41,51%	78.707	0,77%	117,14%	36.247	0,38%
Instrumentos financeiros derivativos	201.882	1,75%	-30,37%	289.933	2,83%	119,01%	132.386	1,39%
Outras obrigações	159.651	1,38%	-49,73%	317.606	3,09%	97,16%	161.093	1,69%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.750.853</b>	<b>67,01%</b>	<b>22,10%</b>	<b>6.347.954</b>	<b>61,86%</b>	<b>25,77%</b>	<b>5.047.322</b>	<b>52,97%</b>
Empréstimos e financiamentos	4.881.016	42,20%	3,59%	4.711.664	45,91%	37,98%	3.414.704	35,83%
Adiantamentos de clientes no exterior	2.149.690	18,59%	123,37%	962.400	9,38%	68,64%	570.700	5,99%
Fornecedores	1.233	0,01%	-	-	0,00%	0,00%	-	0,00%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	260.057	2,25%	290,01%	66.679	0,65%	-76,51%	283.814	2,98%
Instrumentos financeiros derivativos	47.668	0,41%	-2,18%	48.730	0,47%	81,42%	26.860	0,28%
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	338.301	2,92%	-27,80%	468.590	4,57%	-22,79%	606.914	6,37%
Impostos e contribuições a recolher	3	0,00%	-99,90%	2.975	0,03%	-93,51%	45.873	0,48%
Outras obrigações	72.885	0,63%	-16,14%	86.916	0,85%	-11,72%	98.457	1,03%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>212.938</b>	<b>1,84%</b>	<b>-62,56%</b>	<b>568.777</b>	<b>5,54%</b>	<b>-63,01%</b>	<b>1.537.457</b>	<b>16,13%</b>
Capital social	2.618.214	22,64%	-	2.618.214	25,51%	5,15%	2.490.036	26,13%
Reserva de capital	1.355.616	11,72%	-	1.355.616	13,21%	-0,06%	1.356.481	14,23%
Prejuízos acumulados	(2.936.585)	-25,39%	10,47%	(2.658.168)	-25,90%	23,28%	(2.156.284)	-22,63%
Outros resultados abrangentes	(840.887)	-7,27%	10,98%	(757.705)	-7,38%	372,30%	(160.429)	-1,68%
Participação dos acionistas não controladores	16.580	0,14%	53,23%	10.820	0,11%	41,38%	7.653	0,08%
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.566.748</b>	<b>100,00%</b>	<b>12,71%</b>	<b>10.262.595</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,70%</b>	<b>9.529.208</b>	<b>100,00%</b>

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a representatividade em relação ao Total do Ativo.

(2) A coluna "AH" (análise horizontal) indica a variação percentual de cada linha em relação ao ano anterior.



## **Principais alterações nas contas patrimoniais, comparando 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015.**

### **1) Ativos**

#### Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de março de 2016, o saldo do nosso caixa e de nossas aplicações financeiras totalizava R\$2,2 bilhões, representando um aumento de 10,1% em relação ao saldo de 31 de março de 2015, refletindo a evolução do desempenho operacional e o aumento do volume de operações de adiantamento de clientes.

#### Instrumentos Financeiros Derivativos Ativos

Em 31 de março de 2016, o saldo registrado no ativo foi de R\$46 milhões, representando um aumento de R\$24 milhões em relação ao exercício social anterior. Este aumento é decorrente da marcação a mercado de posições de derivativos de moeda e de commodities.

#### Contas a Receber

Em 31 de março de 2016, nosso saldo de contas a receber foi de R\$156 milhões, uma redução de 43,0% em relação ao valor registrado no exercício social anterior. Esta redução reflete principalmente a adequação de prazos de recebimento de clientes.

#### Estoques

Em 31 de março de 2016, nossos estoques totalizaram R\$808 milhões, representando um aumento de 78,6% na comparação entre os exercícios. Esse aumento decorre (i) do saldo de R\$269 milhões referentes a estoque de commodities para cumprimento de contratos de performance de exportação que estavam em trânsito no estoque da Companhia, cujos recursos foram antecipados e os embarques não ocorreram até 31/03/2016 (notas explicativas 6 e 18 das demonstrações financeiras da Companhia), e (ii) do aumento dos custos de produção especialmente no último trimestre do exercício social.

#### Ativo Biológico

Em 31 de março de 2016, nosso ativo biológico totalizou R\$2,8 bilhões, um acréscimo de 68,2% em relação ao exercício anterior. Esta variação decorreu principalmente em função das premissas de preços de açúcar e etanol e do impacto positivo da valorização do Dólar norte-americano em relação ao Real.

### **2) Passivos**

#### Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não-Circulante)

Em 31 de março de 2016, o endividamento bruto foi de R\$6,7 bilhões, um montante 6,1% acima do endividamento no final do exercício social anterior. O principal fator para o aumento da dívida bruta foi o impacto da desvalorização de 10,9% do Real frente ao Dólar norte-americano sobre a parcela do endividamento denominada em dólares, cujo montante foi de R\$644 milhões, e foi parcialmente compensado pelas amortizações líquidas no montante de R\$324 milhões.

### Fornecedores

Em 31 de março de 2016, nosso saldo de fornecedores totalizou R\$574 milhões, representando um aumento de 31,6% em comparação ao exercício anterior. Essa variação deve-se principalmente à adequação dos prazos de pagamento de fornecedores.

### Instrumentos Financeiros Derivativos Passivos (Circulante e Não-Circulante)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, o saldo registrado no passivo foi de R\$250 milhões, representando uma redução de 26,3% quando comparado ao exercício anterior. Este resultado é decorrente da marcação a mercado das posições de derivativos de moeda e commodities.

### Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

Em 31 de março de 2016, o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos totalizaram R\$260 milhões, representando um aumento de R\$193 milhões em relação ao exercício anterior. Esta variação decorreu principalmente do reconhecimento de impostos sobre diferenças temporárias no exercício concentradas principalmente na variação do valor justo do ativo biológico e na valorização a mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

### Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

Em 31 de março de 2016, nossas provisões para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizaram R\$338 milhões, uma redução de 27,8% em relação ao valor apresentado no exercício anterior. Esta variação decorreu principalmente da reversão de provisões trabalhistas, tributárias e cíveis no exercício.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2016, apresentamos patrimônio líquido de R\$213 milhões, o que significou uma redução de R\$356 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2015. Essa diminuição decorre principalmente: (i) do prejuízo de R\$273 milhões registrado no exercício; e (ii) da variação negativa de R\$83 milhões na conta de Outros Resultados Abrangentes, em função de um maior diferimento de perdas com variação cambial para essa conta.

## **Principais alterações nas contas patrimoniais, comparando 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014.**

### **1) Ativos**

#### Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de março de 2015, o saldo do nosso caixa e de nossas aplicações financeiras totalizava R\$2,0 bilhões, representando um aumento de 9,4% em relação ao saldo apurado em 31 de março de 2014, refletindo o melhor desempenho operacional e o aumento de capital privado no montante de R\$128 milhões.

#### Instrumentos Financeiros Derivativos Ativos

Em 31 de março de 2015, o saldo registrado no ativo foi de R\$22 milhões, representando uma diminuição de 31,0% em relação ao ano anterior. Esta diminuição foi proveniente do efeito da desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano sobre os hedges cambiais e de açúcar no período, visto que os ganhos são contabilizados no ativo e as perdas no passivo.

#### Contas a Receber

Em 31 de março de 2015, nosso saldo de contas a receber foi de R\$274 milhões, em linha com o saldo de contas a receber apurado ao final do exercício anterior.

### Estoques

Em 31 de março de 2015, nossos estoques totalizaram R\$452 milhões, representando uma diminuição de 10,5% em relação ao ano anterior. Essa redução decorre da melhoria na gestão de materiais e suprimentos ao longo da safra e da redução de estoques de açúcar e etanol, que totalizaram R\$166 milhões no exercício findo em 31 de março de 2015, contra R\$172 milhões no exercício anterior.

### Ativo Biológico

Em 31 de março de 2015, nosso ativo biológico totalizou R\$1,7 bilhão, um acréscimo de 31,7% em relação ao exercício anterior. Esta variação decorreu principalmente da valorização do Dólar norte-americano em relação ao Real observada durante a safra 14/15, dado que o ativo biológico é majoritariamente denominado em Dólares norte-americanos.

### Imobilizado

Em 31 de março de 2015, o valor líquido do ativo imobilizado foi de R\$3,6 bilhões, em linha com o saldo apurado ao final do exercício anterior.

### Intangível

Em 31 de março de 2015, nossos ativos intangíveis totalizaram R\$937 milhões, em linha com o saldo apurado ao final do exercício anterior.

## **2) Passivos**

### Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não-Circulante)

Em 31 de março de 2015 o endividamento bruto foi de R\$6,3 bilhões, 18,9% acima do endividamento no final da safra anterior. A desvalorização de 41,8% do Real frente ao Dólar norte-americano e seus impactos sobre a parcela do endividamento em Dólares norte-americanos, cujo montante foi de R\$1,4 bilhão, foi o principal fator para o aumento da dívida.

### Fornecedores

Em 31 de março de 2015, nosso saldo de fornecedores totalizou R\$436 milhões, representando um aumento de 30,6% em comparação ao exercício anterior. Essa variação deve-se principalmente à adequação dos prazos de pagamento de fornecedores.

### Instrumentos Financeiros Derivativos Passivos (Circulante e Não-Circulante)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2015, o saldo registrado no passivo foi de R\$339 milhões, representando um aumento 112,7% quando comparado ao exercício anterior. Este resultado deve-se, em sua maior parte, ao impacto da desvalorização do Real frente ao Dólar norte-americano no período.

### Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

Em 31 de março de 2015, nosso imposto de renda e contribuição social diferido passivo totalizou R\$67 milhões, representando uma redução de 76,5% em relação ao exercício anterior. Esta variação decorreu principalmente do reconhecimento de impostos sobre diferenças temporárias no exercício, ocasionada pela prática de *Hedge Accounting* derivativos de juros, câmbio e *commodities*, bem como da variação cambial não realizada.

### Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

Em 31 de março de 2015, nossas provisões para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizaram R\$469 milhões, uma redução de 22,8% em relação ao valor apresentado no exercício anterior. Esta variação decorreu principalmente da reversão de provisões trabalhistas, tributárias e cíveis no exercício.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2015, apresentamos patrimônio líquido de R\$569 milhões, o que significou uma redução de R\$969 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2014. Essa diminuição decorre principalmente (i) do prejuízo de R\$499 milhões registrado no exercício; (ii) da variação negativa de R\$597 milhões na conta de Outros Resultados Abrangentes, em função de um maior diferimento de perdas com variação cambial para essa conta; e (iii) do aporte de capital privado no montante de R\$128 milhões, o que parcialmente compensou a redução do patrimônio líquido. Nesta data, nossa estrutura de capital era composta de 8% de capital próprio e 92% de capital de terceiros.

## **Principais alterações nas contas patrimoniais, comparando 31 de março de 2014 e 31 de março de 2013.**

### **1) Ativos**

#### Caixa e Aplicações Financeiras

Em 31 de março de 2014, o saldo do nosso caixa e aplicações financeiras totalizava R\$1,8 bilhão, representando um aumento de 35,5% em relação ao saldo apurado em 31 de março de 2013. Este aumento é decorrente principalmente dos recursos captados na oferta pública inicial de ações da Companhia, no valor de R\$700 milhões.

#### Instrumentos Financeiros Derivativos Ativos

Em 31 de março de 2014, o saldo registrado no ativo foi de R\$32 milhões, representando uma diminuição de 49,2% em relação ao ano anterior. Esta diminuição foi proveniente da flutuação dos hedges cambiais e de açúcar no período, visto que os ganhos são contabilizados no ativo e as perdas no passivo.

### Contas a Receber

Em 31 de março de 2014, nosso saldo de contas a receber foi de R\$278 milhões, que representou um aumento de 8,0% do saldo de contas a receber apurado ao final do exercício anterior, no valor de R\$258 milhões. Esta variação decorreu principalmente de maiores volumes e melhores preços do etanol no exercício encerrado em 31 de março de 2014.

### Estoques

Em 31 de março de 2014, nossos estoques totalizaram R\$505 milhões, representando uma diminuição de 14,9% em relação aos nossos estoques em 31 de março de 2013. Deste montante, no exercício social encerrado em 31 de março de 2014, R\$172 milhões eram referentes aos estoques de açúcar e etanol, contra R\$198 milhões no exercício anterior. Esta diminuição ocorreu em função da menor produção de açúcar, bem como das oportunidades comerciais de liquidação dos estoques ocorridas no último trimestre da safra encerrada em 31 de março de 2014.

### Ativo Biológico

Em 31 de março de 2014, nosso ativo biológico totalizou R\$1,3 bilhão, um acréscimo de 3,1% em relação ao exercício anterior. Esta variação decorreu principalmente de menores perdas decorrentes de mudanças no valor justo menos custos estimados de venda dos nossos canaviais.

### Imobilizado

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, o valor líquido do ativo imobilizado foi de R\$3,8 bilhões, representando uma redução de 8,7% quando comparado com o valor apurado no exercício anterior. Esta redução decorreu principalmente da provisão para baixa de ativos e do menor volume de investimentos no período.

### Intangível (Ágio)

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, nossos ativos intangíveis totalizaram R\$946 milhões, representando uma redução de 8,8% quando comparado com o valor apurado no exercício anterior. Esta redução é resultado do ajuste do ágio da Crystalsev em R\$88 milhões.

## **2) Passivos**

### Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não-Circulante)

Em 31 de março de 2014, possuíamos um endividamento total de R\$5,3 bilhões, o que correspondeu a um aumento de R\$100 milhões em relação ao ano anterior. A Dívida Líquida ajustada foi de R\$ 3,3 bilhões, um montante 9,8% inferior ao da safra anterior. Os principais fatores que impactaram na diminuição da Dívida Líquida ajustada foram: (i) utilização dos recursos da oferta pública inicial de ações da Companhia, no valor de R\$700 milhões; (ii) amortização de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs) e outros financiamentos internacionais, parcialmente compensadas por novas captações; e (iii) redução das necessidades de capital de giro em R\$171 milhões.

### Fornecedores

Em 31 de março de 2014, nosso saldo de fornecedores totalizou R\$334 milhões, representando um aumento de 31,4% em comparação ao exercício anterior. Essa variação deve-se principalmente a melhores negociações com nossos fornecedores de cana.

### Instrumentos Financeiros Derivativos Passivos (Circulante e Não-Circulante)

Em 31 de março de 2014, o saldo registrado no passivo foi de R\$159 milhões, representando um aumento 35,3% quando comparado ao exercício anterior. Este resultado deve-se, em sua maior parte, ao impacto da flutuação da taxa de câmbio sobre os derivativos de moeda no período.

### Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

Em 31 de março de 2014, o saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos no passivo líquido do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo apresentou um aumento de R\$250 milhões, quando comparado ao exercício anterior, em virtude principalmente da provisão de R\$467 milhões referentes à baixa de imposto de renda ativo diferido.

### Provisão tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

Em 31 de março de 2014, nossas provisões para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizaram R\$607 milhões, em linha com o montante apresentado no exercício anterior.

### Patrimônio Líquido

Em 31 de março de 2014, apresentamos patrimônio líquido de R\$1,5 bilhão, o que significou uma redução de 927 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de março de 2013. A redução justifica-se principalmente (i) pelo prejuízo de R\$1,5 bilhão realizado no exercício; e (ii) pela variação negativa de R\$111 milhões na conta de Outros Resultados Abrangentes, em função de um maior diferimento de perdas para esta conta. Essa redução foi parcialmente compensada pela captação de R\$700 milhões relacionados à nossa abertura de capital, ocorrida em abril de 2013. Nesta data, nossa estrutura de capital era composta de 22% de capital próprio e 78% de capital de terceiros.

## **10.2. Resultado operacional e financeiro**

### **10.2.a. resultados das nossas operações:**

#### **10.2.a.i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita de venda de bens no curso normal das nossas atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de venda é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, (iv) de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua execução.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de termo de vendas internacionais (*incoterm*) do contrato.

Nossas receitas líquidas decorrem, principalmente, da (i) venda de etanol e açúcar, para o mercado interno e externo; (ii) venda de energia elétrica, para o mercado interno; (iii) venda de levedura seca, melaço em pó, bagaço cru e hidrolisado para ração animal; e (iv) venda de commodities para o cumprimento de contratos de performance de exportação.

Em relação à receita de açúcar, nossa política Financeira e de Gestão de Riscos determina que até 31 de março de cada exercício tenhamos contratado proteção (*hedge*) para um percentual que corresponda entre 60% e 100% da nossa exposição líquida a preços de açúcar. Podemos ainda proteger nossa exposição a taxas de câmbio seguindo a mesma proporção dos *hedges* de preços do açúcar, observando um limite de desvio determinado pela nossa Comissão de Riscos.

Neste contexto, em 31 de março de 2016, nossa posição de *hedge* para o exercício a ser encerrado em 31 de março de 2017 era um volume de 1.296 mil toneladas de açúcar *hedgeado* ao preço de 13.73 cUS\$/lb, que representava 74% da nossa exposição e um volume de US\$25 milhões ao preço de R\$3,876/US\$.

A posição mais atualizada para o exercício a ser encerrado em 31 de março de 2017, corresponde a um volume de 1.722 mil toneladas de açúcar *hedged* ao preço de 14.41 cUS\$/lb, que representa 94% da nossa exposição e um volume de US\$190 milhões ao preço de R\$3,725/US\$. Para o exercício a ser encerrado em 31 de março de 2018, temos um volume de 472 mil toneladas de açúcar *hedged* ao preço de 18.32 cUS\$/lb, que corresponde a 29% da nossa exposição e um volume de US\$72 milhões ao preço de R\$3,748/US\$.

#### **10.2.a.ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:**

Fatores climáticos afetam a produtividade de nosso canavial e conseqüentemente podem impactar materialmente nossos resultados operacionais.

#### **Exercício social encerrado em 31 de março de 2016**

No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, a produtividade média do canavial medida pelo TCH (tonelada de cana por hectare) atingiu 76,2 ton/ha, um aumento de 14,3% na comparação com o exercício social anterior. Esse aumento reflete as iniciativas implementadas na gestão dos canaviais visando o aumento da produtividade e a redução de perdas combinadas às condições climáticas mais favoráveis para o aumento da produtividade da cana.

Em contrapartida, o ATR Cana foi de 127,5 kg/ton na safra 15/16, uma redução de 1,0% em relação à safra 14/15. O menor ATR cana reflete principalmente a decisão da Companhia de estender o processamento de cana nas unidades localizadas no Centro-Sul ao longo do último trimestre do exercício encerrado em 31 de março de 2016, período em que o ATR cana é tipicamente menor. Isso foi feito em função do clima mais chuvoso ao longo da safra.

#### **Exercício social encerrado em 31 de março de 2015**

No exercício social encerrado em 31 de março de 2015, a produtividade média do canavial medida pelo TCH (tonelada de cana por hectare) atingiu 66,6 ton/ha, representando uma redução de 6,2% na comparação com o exercício social anterior. Essa redução foi ocasionada principalmente pela seca histórica ocorrida nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, o que provocou a redução de produtividade dos canaviais nos Polos Agroindustriais de Ribeirão Preto (RP) e Leme-Lagoa da Prata (LL). Vale destacar que a moagem proveniente dos canaviais sob gestão da Biosev apresentou uma redução de apenas 2,1% em relação à safra anterior, em que pese a seca histórica. Em contrapartida, o clima mais seco favoreceu o acúmulo de açúcar na cana, o que resultou em um ATR de 128,7 kg/ton na safra 14/15, representando um aumento de 3,1% em relação à safra 13/14.

#### **Exercício social encerrado em 31 de março de 2014**

No exercício social encerrado em 31 de março de 2014, a produtividade média do canavial foi em linha à do exercício social anterior. O aumento da produtividade dos canaviais na região de Ribeirão Preto contribuiu para a manutenção do TCH em bases consolidadas nos mesmos patamares do exercício social anterior, mesmo com a ocorrência da geada, que afetou fortemente o desempenho do Polo Mato Grosso do Sul.

### **10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os nossos principais produtos estão expostos às variações dos preços de commodities, taxa de câmbio, além de outros índices. As receitas de açúcar e da exportação de etanol, além dos custos de aquisição de alguns insumos e dos custos de aquisição da cana de açúcar de terceiros, estão diretamente atreladas à cotação do Dólar norte-americano e, conseqüentemente, sofrem impactos da variação cambial. Visamos minimizar esses impactos por meio da nossa Política Financeira e de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, como indicado no item 10.2.a.ii acima, fatores climáticos têm influência direta na produtividade agrícola e na qualidade da cana de açúcar, com o conseqüente impacto no nosso volume de produção e receita.

### **10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

Além dos fatores que impactam a nossa receita mencionados acima, que também influenciam nosso resultado operacional, alguns dos insumos necessários para a produção agrícola como defensivos químicos, fertilizantes, entre outros, têm seus preços atrelados ao Dólar norte-americano, razão pela qual a variação cambial pode ter impacto em nosso resultado operacional. Buscamos minimizar este impacto por meio de nossa Política Financeira e de Gestão de Riscos. Os demais custos sofrem influências dos índices de inflação, afetando diretamente os nossos resultados. Além disso, o custo de aquisição da cana de açúcar de terceiros é corrigido pelo Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA), que sofre influência da cotação do açúcar, etanol e da variação cambial.

Adicionalmente, nosso resultado financeiro está sujeito a (i) variação cambial, embora tenhamos prática de *Hedge Accounting – Natural Hedge*, reconhecemos despesas e receitas de variação cambial relacionadas à parcela da dívida denominada em Dólares norte-americanos; (ii) taxas de juros (como por exemplo CDI e TJLP), tendo em vista os instrumentos de dívidas que possuímos vinculados a tais índices; e (iii) variações de preços do etanol, que têm impacto em nosso resultado financeiro em decorrência dos instrumentos financeiros derivativos celebrados por nós e não designados como *Hedge Accounting - Derivativos*.

## **10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

### **10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional. Portanto, não houve efeitos relevantes em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

### **10.3.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

As companhias abaixo listadas passaram a ser reconhecidas contabilmente em nossas demonstrações financeiras consolidadas, conforme segue:



Data	Sociedade Constituída ou Participações Societárias Adquiridas	Efeitos Relevantes
20/04/2007	Biosev Bioenergia Ltd.	Não houve
26/10/2009	Biosev Bioenergia S.A.	Combinação de Negócio-Fusão com o Grupo Santelisa Vale
04/10/2010	Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda.	Aumento de capital social.
19/11/2010	Biosev Bioenergia International S.A.	Não houve
30/12/2010	Biosev Comercializadora de Energia S.A.	Alteração da denominação social e aumento de capital.
12/01/2011	CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.(*)	Não houve
28/12/2012	Crystalsev Comércio e Representação Ltda.	Combinação de Negócio TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.
	Sociedade Operadora Portuária de São Paulo Ltda.	
	TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.(**)	
	Crystalsev Participações Ltda.	
	Crystalsev Serviços e Intermediação de Negócios Ltda.	
	Crystalsev Bioenergia Ltda.	
	Crystalsev Fomento Mercantil Ltda.	
	Crystalsev International S.A.	
30/09/2012	Indumel – Indústria e Comércio de Melão Ltda.	Não houve
30/09/2012	Agrícola e Comercial MB Ltda. (***)	Não houve
13/09/2013	Biosev Finance International BV	Não houve

(\*) Investimento avaliado a custo (1,35% de participação)

(\*\*) Sociedade controlada em conjunto com a Cargill Agrícola S.A. (Joint Venture)

(\*\*\*) Sociedade extinta, cujo documento de dissolução e liquidação foi registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 05 de novembro de 2014.

Por meio de Distrato Social datado de 02 de julho de 2014 e registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 05 de novembro de 2014, aprovamos a dissolução e liquidação da Agrícola e Comercial MB Ltda., sem que referida dissolução e liquidação tenha causado ou venha a causar efeito relevante nas nossas demonstrações financeiras.

#### Aquisição via Fusão: Associação com o Grupo Santelisa Vale

Em 26 de outubro de 2009, a associação com o Grupo Santelisa Vale foi implementada mediante aumento do capital social da Santelisa Vale S.A. (que passou a ser denominada LDC-SEV S.A. mediante a concretização da associação), integralizado com a contribuição, por parte da Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A. (via o veículo denominado Ágatis Investimentos e Participações S.A., “Ágatis”), da totalidade das ações representativas do nosso capital social. Como resultado de tal aumento de capital, Ágatis passou a ser a controladora direta da Santelisa Vale S.A., que posteriormente teve sua denominação alterada para LDC-SEV S.A. e passou a nos controlar.

Quando da aplicação do pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da LDC-SEV S.A., a administração identificou que, para fins contábeis, seríamos considerados como a entidade que adquiriu a LDC-SEV S.A. Consequentemente, a referida transação foi

reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas da LDC-SEV S.A. de 31 de dezembro de 2009 como sendo uma aquisição reversa, em que a LDC-SEV S.A. foi a entidade por nós adquirida. Dessa forma, as demonstrações de resultado do exercício findo em 31 de março de 2010 incluíram doze meses de nossas operações e cinco meses de operações da LDC-SEV S.A., LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente denominada Biosev Bioenergia S.A.) e Usina Continental S.A.

Os principais indicadores que suportaram a definição dessa transação como sendo uma aquisição reversa foram: (a) mudança de controle da LDC-SEV S.A. para nossos antigos acionistas controladores e (b) o fato de nossos acionistas controladores deterem direitos de nomear os administradores da LDC-SEV S.A. Dessa forma, referências ao termo “fusão” ao longo do Formulário de Referência devem ser entendidas como sendo a aquisição da LDC-SEV S.A. (anteriormente denominada Santelisa Vale S.A.) por nossa Companhia, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios.

A combinação de negócios foi registrada no dia 26 de outubro de 2009, data efetiva da operação, ocasião em que a entidade adquirente obteve controle da entidade adquirida. O valor justo líquido reconhecido de ativos adquiridos e passivos assumidos foi de R\$984 milhões e os custos de operação por nós incorridos e diretamente atribuídos à operação foram reconhecidos na demonstração do resultado do período de doze meses encerrado em 31 de março de 2010.

Em decorrência da revisão do valor justo reconhecido, no exercício findo em 31 de março de 2011, ajustamos o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios. Em consequência destes ajustes, o valor justo líquido reconhecido de ativos adquiridos e passivos assumidos passou de R\$984 milhões para R\$903 milhões (redução de R\$81 milhões), bem como o valor do ágio de R\$446 milhões para R\$494 milhões (aumento de R\$48 milhões). A parcela do ágio referente à participação dos acionistas não controladores no montante de R\$32 milhões (diferença entre ajustes no valor justo líquido e valor do ágio) foi reconhecida em nosso patrimônio líquido.

Por fim, em consequência da combinação de negócios com o Grupo Santelisa Vale, foram adquiridas as participações societárias detidas nas sociedades Tropical Bioenergia S.A., Usina Continental S.A., Companhia Nacional de Açúcar e Alcool – CNAA e Santa Vitória Açúcar e Alcool S.A.

Assumimos, perante os bancos credores, o compromisso de alienar as participações societárias detidas nas sociedades abaixo mencionadas, de forma que os recursos provenientes de tais alienações deveriam ser utilizados para o resgate das ações preferenciais ou para a amortização da dívida de tais bancos, nos termos do Contrato Global (conforme definido anteriormente). Portanto, tais participações societárias receberam, desde o início, tratamento contábil de ativos mantidos para venda. Em cumprimento do compromisso assumido, alienamos as participações societárias detidas nas datas abaixo mencionadas sem que tais alienações produzissem efeito relevante em nossas demonstrações financeiras.

09 de junho de 2010	-	Santa Vitória Açúcar e Alcool S.A.
22 de novembro de 2011	-	Companhia Nacional de Açúcar e Alcool S.A.
23 de novembro de 2011	-	Tropical Bioenergia S.A.

Combinação de Negócio: TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.

Mediante a aquisição do controle da Crystalsev Comércio e Representações Ltda., em 28 de dezembro de 2011, passamos também a deter o controle de sua controlada, SOP, que detém 50% das cotas do TEAG. 85% das cotas da SOP estão empenhadas em favor de instituições financeiras, como garantia de operação de financiamento à exportação assumida pela LDC-SEV Bioenergia S.A. (atualmente Biosev Bioenergia S.A.), no valor total de principal em 31 de março de 2016 equivalente a US\$22 milhões (US\$34 milhões em 31 de março de 2015).

As cotas da SOP, detidas pela Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda., estão empenhadas em favor dos vendedores da participação societária de 15%, em garantia da obrigação de pagamento do preço da referida participação.

O valor justo líquido reconhecido de ativos adquiridos e passivos assumidos em decorrência da conclusão da revisão do valor justo das operações acima mencionadas foi calculado com base no balanço patrimonial em 31 de

dezembro de 2012, e totalizou R\$88 milhões. Concomitantemente, um ágio no valor de R\$88 milhões foi reconhecido em nosso balanço patrimonial.

### **10.3.c. Eventos ou operações não usuais.**

#### Venda de Ativos da Unidade São Carlos (“USC”)

Em 17 de dezembro de 2012, firmamos o Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças com a São Martinho S.A. (“SMSA”), por meio do qual foram acordados os termos e as condições da (i) venda de determinados ativos agrícolas relativos à operação da Unidade São Carlos (“USC”) para a SMSA, incluindo canavial próprio e contratos de parceria agrícola, arrendamento rural e fornecimento de cana de açúcar da USC, celebrados previamente pela Companhia, bem como (ii) venda de um armazém de açúcar localizado na mesma unidade, incluindo suas benfeitorias, instalações elétricas, pontes rolantes e acesso.

A operação contemplou ainda a descontinuidade das atividades industriais da USC, com capacidade total de moagem de 2,1 milhões de toneladas de cana de açúcar por Safra, que correspondia a aproximadamente 5% da nossa capacidade total de moagem, bem como a celebração de contrato de fornecimento de cana de açúcar, pelo qual a SMSA forneceu, exclusivamente na safra 2013/14, cerca de 980 mil de toneladas de cana de açúcar, para moagem na Unidade Santa Elisa.

A operação foi estruturada por meio da venda das ações, para a SMSA, de uma sociedade de propósito específico denominada Mirtilo Investimentos e Participações S.A., detentora dos ativos agrícolas da USC objeto da transação, exceto pelo armazém de açúcar. A operação não envolveu nossos ativos industriais da unidade, que permaneceram de nossa propriedade.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE aprovou a operação, sem restrições, em 18 de janeiro de 2013. Concluímos junto a SMSA a implementação de todas as condições suspensivas e concretizamos a operação em 15 de março de 2013, a qual não gerou alteração no nosso quadro acionário. A alienação do armazém de açúcar, por sua vez, dependia da anuência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a qual foi concedida em 21 de março de 2014, razão pela qual a respectiva escritura de compra e venda foi lavrada em 25 de junho de 2014.

O preço de venda total de todos os ativos, direitos e obrigações envolvidos foi de R\$197 milhões, sendo que a SMSA nos pagou o valor de R\$177 milhões em 15 de março de 2013 e o restante foi pago em duas parcelas iguais com vencimento em 30 de março 2014 e 30 de março de 2015.

O valor da venda, o custo dos itens vendidos e os gastos relativos à operação foram registrados nas rubricas outras receitas operacionais e outras despesas operacionais, na demonstração do resultado do exercício.

#### Plano de Negócios

Em 20 de março de 2014, divulgamos Fato Relevante mencionando nosso Plano de Negócios, o qual resultou, entre outras, na hibernação da Unidade Jardest, redução de aproximadamente 20% das posições executivas e reconhecimento de provisões para perda de impostos diferidos.

A implementação do referido Plano de Negócio resultou no seguinte impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2014:

<b>Valores em R\$ mil</b>	<b>31.03.2014</b>
Perda por redução ao valor recuperável – Ativo imobilizado	210.339
Perda por redução ao valor recuperável – Intangível	88.683
Provisões para redução de pessoal	27.489
Outros	43.541
Provisões para perda de imposto de renda e contribuição social diferidos	467.063
	<b>837.115</b>
Efeito de impostos de renda e contribuição social diferidos	(95.715)
	<b>741.400</b>

Conforme demonstrado na tabela acima, os principais impactos do Plano de Negócios foram:

- (i) no exercício social findo em 31 de março de 2014, foi reconhecida no resultado consolidado a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$210 milhões. As principais classes de ativo que sofreram perda por redução ao valor recuperável foram terrenos, edifícios, móveis e utensílios, computadores, máquinas e equipamentos, veículos, máquinas e implementos agrícolas, e o registro ocorreu nas rubricas "Outras despesas operacionais", na demonstração do resultado;
- (ii) no exercício social findo em 31 de março de 2014, reduzimos o valor de realização do ágio gerado na aquisição da controlada Crystalsev Comércio e Representação Ltda., devido à ausência de evidências de rentabilidade futura. O impacto da redução ao valor recuperável do ágio foi de R\$88 milhões; e
- (iii) no exercício social findo em 31 de março de 2014, constituímos provisão para perda de ativos fiscais diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no montante de R\$467 milhões no consolidado.

Aumento de capital privado pelo International Finance Corporation ("IFC").

Em 17 de dezembro de 2014, celebramos com o International Finance Corporation ("IFC"), com a interveniência anuência do nosso acionista controlador, contrato onde foram acordados os termos e as condições para a subscrição e integralização pelo IFC de até 12.817.750 novas ações a serem por nós emitidas, em aumento de capital privado, dentro do limite do capital autorizado. Por meio de referido acordo, o IFC se comprometeu a subscrever e integralizar a totalidade das ações a que o nosso acionista controlador faz jus em razão de seu respectivo direito de preferência (incluindo sobras), tendo tal direito de subscrição sido alienado pelo acionista controlador ao IFC. Neste contexto, em 26 de dezembro de 2014, aprovamos em reunião do Conselho de Administração o aumento do nosso capital social, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$128.177.500,00, passando este de R\$2.490.036.011,57 para R\$2.618.213.511,57, mediante a emissão, para subscrição privada, de 12.817.750 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 10,00 por ação. As ações emitidas foram subscritas e integralizadas pelo IFC e pelos acionistas que exerceram seu direito de preferência. Foi realizado rateio de sobras entre os subscritores que optaram pela subscrição das sobras nos respectivos pedidos de subscrição de nossas ações ordinárias. Referido aumento de capital foi homologado em 26 de fevereiro de 2015, quando nosso capital social passou a ser representado por 219.628.363 ações ordinárias de nossa emissão e aumentou de R\$2.490.036.011 para R\$2.618.213.511.

## 10.4. Os diretores devem comentar:

### 10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos e as orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

#### 10.4.a.i Novas normas, alterações e interpretações de normas

a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que estão em vigor em 31 de março de 2016, entretanto não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras tendo em vista que a Companhia já adota este método de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
CPC 35 / IAS 27	“Demonstrações financeiras separadas” – em agosto de 2014, foi revisada a regra que trata das demonstrações financeiras separadas, permitindo a contabilização dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

b1) As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios iniciados após 31 de março de 2016. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 15 / CPC 30	“Reconhecimento de Receitas” – o IFRS 15 requer que o reconhecimento de receitas seja realizado de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros" – o IFRS 9 mantém, mas simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A norma define apenas um modelo de redução do valor recuperável e reformulou o modelo para hedge accounting.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16	“Leases” – o IFRS 16 que substituirá o IAS 17 e interpretações relacionadas, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos (leases).	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Estas Normas, emendas e interpretações são efetivas para os exercícios anuais iniciados a partir de 2016, e não foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2016. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras exceto pela IFRS 9 “*Financial Instruments*” que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia. A Companhia não espera adotar essas normas antecipadamente e o impacto da adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não editou os pronunciamentos correlacionados ao *IFRS 9* e ao *IFRS 16* apresentados anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC, o CFC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esse pronunciamento seja editado pelo CPC e aprovado pelo CFC e pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

b2) As alterações publicadas referente às normas existentes para o CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41 são obrigatórias para o exercício iniciado a partir de 01 de janeiro de 2016, e não foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2016. Não houve adoção antecipada e os impactos da adoção serão apresentados no primeiro trimestre da safra 2016/2017.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
CPC 27 / IAS 16 e CPC 29 / IAS 41	Os pronunciamentos definem que plantas vivas utilizadas na produção de produtos agrícolas por mais de um período e para as quais existe uma probabilidade remota de serem vendidas como produtos agrícolas, passarão a ser mensuradas pelo custo histórico, ao invés do valor justo.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2016.

De acordo com o CPC 29 e CPC 27, a soqueira classifica-se como planta portadora da cana em pé, que é o ativo biológico consumível. Como consequência, as plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) serão reclassificadas para o imobilizado e mensuradas pelo custo amortizado e depreciadas ao longo de sua vida útil de forma decrescente com base na produtividade esperada no âmbito do CPC 27. No entanto, a cana de açúcar em pé, que cresce em plantações de cana-de-açúcar permanecerá no ativo biológico e continuará a ser mensurada pelo valor justo menos o custo de venda.

A Companhia adotará a regra de transição que permite às empresas aplicar o valor justo das plantas portadoras como custo atribuído no início do primeiro período mais antigo apresentado nas demonstrações financeiras. A partir de 1º abril de 2016, os períodos comparativos serão retrospectivamente revistos em conformidade com a norma.

A aplicabilidade da norma resultará em alterações das práticas contábeis e ajustes nos saldos patrimoniais e de resultados divulgados nas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de março de 2015 e 2016.

#### **10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Conforme mencionado acima, adotamos práticas e políticas contábeis consistentes para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias consolidadas, não havendo alterações com efeitos significativos em nossas práticas contábeis, além das anteriormente mencionadas.

#### **10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os relatórios dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2016, 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014 foram emitidos sem ressalvas.

Os relatórios dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2016 e 31 de março de 2015 foram emitidos sem ênfase, dado que as normas do IFRS foram equiparadas às normas brasileiras no que tange à equivalência patrimonial (comentado a seguir).

O relatório dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de março de 2014 apresentou parágrafo de ênfase informando que: (i) as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em nosso caso, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que, para fins de IFRSs, tais investimentos seriam avaliados pelo respectivo custo ou valor justo; e (ii) as nossas demonstrações financeiras foram preparadas com o propósito de atender a solicitação de registro de oferta pública de distribuição primária das nossas ações ordinárias. Como parte do nosso processo de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários – CVM decidimos alterar o texto de algumas notas explicativas originais para incorporar informações adicionais em atendimento às solicitações efetuadas pela CVM/SRE/SEP em seu Ofício nº 31/2012. As informações sobre os saldos e a disposição das contas e a estrutura do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa incluídas nas nossas demonstrações financeiras não diferem daquelas anteriormente divulgadas. A opinião dos auditores independente não foi ressalvada em virtude destes assuntos.

Adicionalmente, os relatórios dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2016, 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014 apresentaram parágrafo de “outros assuntos” relacionado às demonstrações do valor adicionado, informando que os auditores independentes examinaram também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2016, 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da nossa administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Referido parágrafo esclarece, ainda, que essas demonstrações foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos nos relatórios e, na opinião dos auditores independentes, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **10.5. Políticas contábeis críticas**

Com a finalidade de preparar as demonstrações financeiras, nossa Administração deve, no final de cada exercício social, fazer uso de determinadas práticas contábeis que contemplam julgamentos e estimativas a respeito dos valores de receitas, despesas, ativos, passivos e divulgações de passivos contingentes, as quais não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as suas respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A seguir, apresentamos os principais julgamentos, estimativas e premissas efetuadas e utilizadas pela Administração durante a elaboração das demonstrações financeiras:

### **Ativos mantidos para venda**

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda (ou grupos para alienação) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. O ativo imobilizado e o intangível que tenham sido classificados como mantidos para venda não sofrem depreciação ou amortização.

### **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi estimada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela nossa Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

### **Provisão para perdas na realização de estoques**

Para a constituição de provisão para perdas na realização de estoques, tomamos como base o histórico de perdas ocorridas nas movimentações físicas de mercadorias, para estimar possíveis perdas sobre os estoques existentes nas unidades Agroindustriais. Adicionalmente, registram-se provisões para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de aquisição e/ou do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

### **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Transações de compras e vendas a prazo, prefixadas, ou outros ativos e passivos, quando aplicável, são ajustados ao seu valor presente considerando seus respectivos prazos de realização. Para a apuração do cálculo a valor presente, estimamos os fluxos de caixa futuros proveniente da unidade geradora de caixa, considerando uma taxa de desconto adequada, no julgamento da Administração.

### **Vida útil dos bens do ativo imobilizado**

Revisamos a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado anualmente, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

### **Redução do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo ágio**

Ao final de cada exercício social, revisamos o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, estima-se o valor recuperável do ativo com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o valor recuperável de um ativo individualmente, calculamos o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é imediatamente reconhecida no resultado, quando aplicável.

### **Avaliação de instrumentos financeiros e derivativos**

Utilizamos técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

Na aplicação da nossa prática contábil para as operações com derivativos classificadas como proteção dos fluxos de caixa futuros, utilizamos estimativas de receitas e custos em seus períodos de realização projetados. Os resultados da marcação a mercado ou realização dos instrumentos financeiros ou derivativos designados para proteção de fluxos de caixa futuros são registrados na conta de "Outros resultados abrangentes" e reconhecidos no resultado do exercício social em que ocorrer a realização do item protegido.

Entendemos que utiliza técnicas de avaliação e premissas adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos, bem como dispõe de ferramentas adequadas de projeção e monitoramento.



### **Ativo biológico**

Aplicamos o tratamento contábil de ativos biológicos para as plantações de cana-de-açúcar em conformidade ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – Agriculture, que abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos (tais como plantações de cana-de-açúcar) ou produtos agrícolas (na época da colheita).

O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A metodologia adotada pela Companhia para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado para os próximos seis anos, as principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico são as seguintes: estimativas de produção e de produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

Os dois componentes do ativo biológico (a soqueira e a cana-de-açúcar) são apresentados como um único ativo no balanço patrimonial, uma vez que a produção agrícola não pode ser reconhecida separadamente do ativo biológico a que se refere até a colheita. Como as soqueiras não se enquadram na definição de ativo circulante de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis/ IAS 1 - Presentation of Financial Statements, o ativo biológico é classificado como não circulante.

A variação no valor justo do ativo biológico realizada e não realizada é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados”. A parcela realizada é proveniente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques.

### **Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais**

Reconhecemos uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não reconhecemos uma provisão.

Constituímos provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável à Companhia em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cujas exigibilidades estão sendo questionadas na esfera judicial são registrados contabilmente levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” definido no CPC 25. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor, e no histórico de perda em casos semelhantes. A atualização das provisões ocorre mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Em 31 de março de 2016, éramos parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

### **Imposto de renda, contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: (i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e (ii) diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados nas datas das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

## 10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

### 10.6.a. Descrição dos ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

#### 10.6.a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Em 31 de março de 2016, possuímos contratos de arrendamento ou de parceria agrícola em vigor e que deverão vigorar em safras futuras, conforme tabela a seguir, com o objetivo de garantir o suprimento de cana-de-açúcar para as nossas Unidades Agroindustriais. Os contratos de arrendamento ou parceria têm geralmente como contrapartida o pagamento de certo volume de cana-de-açúcar ao proprietário rural, cujo preço, por sua vez, é determinado no fim de cada safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA, acrescido ou deduzido de outras condições contratuais aplicáveis.

Safra	Consolidado	
	Quantidade de Cana estimada (Ton)	Valor estimado
2016/2017	4.617.609	318.948
2017/2018	5.470.149	378.446
2018/2019	4.876.415	338.069
2019/2020	3.707.086	258.824
Após 2020	8.440.181	614.878
	<b>27.111.440</b>	<b>1.909.165</b>

#### TEAG - Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá Ltda.

O TEAG é titular de um contrato de arrendamento de terminal portuário junto à Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP"), o qual estabelece a obrigação do TEAG de pagar, a título de arrendamento de uma parcela fixa mensal de R\$2,4738/m<sup>2</sup> sobre uma área de 70.000 m<sup>2</sup> equivalente a R\$173 mensais ou R\$2.078 anuais acrescidos de uma parcela variável mínima garantida equivalente a R\$3.370 por ano em favor da CODESP, correspondente ao valor de R\$2.470/ton sobre uma movimentação mínima de um milhão e quinhentas mil toneladas de mercadorias. A concessão outorgada ao TEAG para operar tal terminal expirará em 06 de julho de 2018, podendo ser renovado por mais 20 anos, a critério da CODESP.

O TEAG realizou em 17 de março de 2016 o pedido para prorrogação do prazo de arrendamento da concessão do terminal por mais 20 (vinte) anos perante a Secretaria Especial de Portos.

#### Sociedade Operadora Portuária de São Paulo Ltda. ("SOP")

Mediante a aquisição do controle da Crystalsev Comércio e Representações Ltda. ("Crystalsev"), em 28 de dezembro de 2011, passamos também a deter o controle de sua controlada, SOP, que detém 50% das cotas do TEAG. Do total de cotas da SOP, 85% estão empenhadas em favor de instituições financeiras, como garantia de operações de financiamento à exportação, no montante total de principal em 31 de março de 2016 equivalente a U\$22.416 mil (U\$33.624 mil em 31 de março de 2015), financiamentos estes constantes do nosso endividamento.

As demais cotas da SOP, detidas pela Biosev Terminais Portuários e Participações Ltda., estão empenhadas em favor dos vendedores de participação societária correspondente a 15% do capital total da Crystalsev, em garantia da obrigação de pagamento do preço de aquisição da referida participação.

#### 10.6.a.i.i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

### 10.6.a.iii.contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

#### Compras

Possuímos compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros, com a finalidade de garantir parte de nossa produção nas safras futuras. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é estimada com base na expectativa de produtividade das áreas onde os canaviais estão localizados. O montante a ser pago por nós é determinado no fim de cada safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA, acrescido ou deduzido de outras condições contratuais aplicáveis.

Os compromissos de compra por safra, em 31 de março de 2016, foram estimados como segue:

Safras	Consolidado		
	Quantidade de área em Hectares	Quantidade de Cana estimada (Ton)	Valor estimado
2016/2017	119.854	9.257.434	647.295
2017/2018	100.852	7.715.061	538.583
2018/2019	75.335	5.883.316	406.699
2019/2020	46.649	3.605.419	250.348
Após 2020	46.838	3.504.412	243.272
	<b>389.528</b>	<b>29.965.642</b>	<b>2.086.197</b>

Possuímos compromissos de compra de etanol de terceiros, pelo volume de 10.000 metros cúbicos (30.000 metros cúbicos em 31 de março de 2015), com a finalidade de auxiliar o cumprimento da regulamentação ANP #67 que exige a manutenção de um estoque mínimo a fim de garantir o abastecimento de mercado da região Nordeste, onde pode não haver produção suficiente para garantir o próprio suprimento ao longo do ano inteiro.

#### Vendas

Possuímos diversos acordos no mercado de açúcar e etanol, por meio dos quais nos comprometemos a vender volumes desses produtos em safras futuras. Em 31 de março de 2016, os volumes desses compromissos totalizam 1.840.905 toneladas de açúcar (2.627.504 toneladas de açúcar em 31 de março de 2015), 180.651 metros cúbicos de etanol (216.311 metros cúbicos em 31 de março de 2015), além de compromissos de fornecimento de energia, adquiridos em participação de leilões e em negociações no mercado livre de energia, os quais totalizam 10.214GWh (10.500GWh em 31 de março de 2015) a serem cumpridos até o ano 2035.

### 10.6.a.iv.contratos de construção não terminada

Não aplicável.

### 10.6.a.v.contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Em 11 de dezembro de 2015, contratamos um financiamento de US\$ 60 milhões junto a PROPARCO, agência de desenvolvimento francesa. Em 31 de março de 2016 foi feito o desembolso da primeira tranche da operação, no valor de US\$ 50 milhões, ficando pendente, na referida data, o reembolso da segunda tranche no valor de US\$10 milhões.

## **10.6.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

### Processos em face do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA

A Companhia é parte ativa de processos judiciais em que busca indenização contra a União Federal pelos prejuízos decorrentes da defasagem de preço no período de congelamento de preços do açúcar e do etanol.

Em decorrência de decisão obtida no processo n.º 90.0002635-0, em 28 de dezembro de 2015 foi disponibilizado para a Companhia o montante líquido de R\$165.354, conforme previsão divulgada nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2015. Os impactos de eventual repasse futuro de parte deste valor em favor de terceiros por conta de obrigações contratuais da Companhia ainda estão sob análise, razão pela qual foi mantido o montante anteriormente registrado na rubrica de “Outras contas a pagar”, no passivo circulante.

### Fianças bancárias e seguros garantias

Os saldos de: (i) fianças bancárias; e (ii) seguros-garantia relacionados com demandas judiciais, dívidas, leilões de cogeração e operações com derivativos realizados na BM&FBOVESPA totalizam, em 31 de março de 2016, R\$140.521 e R\$284.389 respectivamente (R\$153.580 e R\$109.114, respectivamente, em 31 de março de 2015).

## **10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

### **10.7.a como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das nossas demonstrações financeiras**

#### Vendas, Compras e Contratos de Parceria Agrícola ou Arrendamento

Acreditamos que, uma vez que os compromissos mencionados no item 10.6 acima se materializem, poderemos realizar ganhos ou perdas, a depender do patamar de preço de mercado da *commodity* ou da cana-de-açúcar na data da liquidação do compromisso assumido.

O preço da cana-de-açúcar é indexado pelo valor do ATR publicado pelo CONSECANA, o qual, por sua vez, baseia-se nos preços do açúcar e do etanol verificado em um determinado período, de forma que eventuais variações nos preços do açúcar e do etanol poderão ser parcialmente compensadas por uma variação semelhante do preço da cana-de-açúcar, minimizando assim os riscos descritos acima.

#### TEAG e SOP

Tendo em vista que os montantes devidos em virtude de tais compromissos estão fixados de acordo com critérios claros e objetivos, alinhados com os nossos negócios no futuro, não acreditamos que tais compromissos possam impactar nossas receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens de nossas demonstrações financeiras de forma diferente da prevista.

#### Fianças bancárias e seguros garantias

As fianças bancárias e seguros garantias se executadas poderão representar saída de caixa.

### **10.7.b. natureza e o propósito da operação**

A natureza e o propósito das operações estão descritos acima no item 10.6 acima.

### **10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

A natureza e o montante das obrigações assumidas e os respectivos direitos gerados estão descritos acima no item 10.6 acima.

## **10.8. Principais Elementos do Plano de Negócios**

### **10.8.a. Investimentos**

#### **10.8.a.i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:**

Construímos uma plataforma competitiva de ativos ao longo dos últimos anos, resultado de um ciclo de expansão de investimentos realizado com disciplina de capital. A partir dessa plataforma, projetamos o nosso crescimento baseado em aumento de produtividade e eficiência.

Nesse contexto, seguiremos mantendo como prioritários os investimentos em plantio, tratos e manutenção. No exercício social encerrado em 31 de março de 2016, esses investimentos representaram 88% do total investido.

Os investimentos voltados a projetos específicos/expansão totalizaram R\$18 milhões no exercício social de 31 de março de 2016 e consistem principalmente em investimentos em piloto automático na colheita mecanizada, na expansão da capacidade de produção da fábrica de açúcar líquido e no projeto piloto de irrigação por gotejamento no Polo NE. Através desses investimentos a Biosev visa aumentar a sua produtividade e eficiência operacional e aumentar a participação de produtos de maior valor agregado no seu mix de vendas.

#### **10.8.a.ii. Fontes de financiamentos dos investimentos**

Utilizamos diversas fontes de recursos para o financiamento de nossos investimentos tais como linhas de crédito com bancos comerciais de primeira linha e linhas de financiamento com bancos de desenvolvimento, tanto no Brasil quanto no exterior.

#### **10.8.a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

##### Hibernação da Unidade Jardest

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 20 de março de 2014, como parte do nosso Plano de Negócios, a Unidade Jardest foi hibernada e a realocação de nossos ativos biológicos foi feita para as nossas unidades próximas. O objetivo desta ação foi aumentar a taxa de utilização da capacidade dos ativos industriais naquela região e a competitividade de custos.

#### **10.8. b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável.

#### **10.8. c. novos produtos e serviços, indicando:**

##### **10.8.c.i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

**10.8.c.ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos e serviços**

Não aplicável.

**10.8.c.iii. Projetos em desenvolvimentos já divulgados**

Não aplicável.

**10.8c.iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável

**10.9. Outros fatores com influência relevante**

Não aplicável.



## ANEXO II

### Informações dos candidatos indicados ao Conselho de Administração

Informações relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia requeridas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480.

#### 12.5/12.6 – Informações sobre os candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF/Passaporte	Profissão	Cargo a ser ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse, referente ao último mandato.
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Critério utilizado para determinar independência (se aplicável)</b>			
Patrick Julien Treuer	22/11/1973	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	1
X1203980 (passaporte)	Executivo	Presidente do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	100%
Membro do Comitê Estratégico		N/A			
Michael Andrew Gorrell	03/10/1971	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	1

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF/Passaporte	Profissão	Cargo a ser ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse, referente ao último mandato.
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Critério utilizado para determinar independência (se aplicável)			
515045494 (passaporte)	Executivo	Vice Presidente do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	100%
N/A		N/A			
André Roth	18/09/1969	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	1
153.647.978-05	Administrador	Membro do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	100%
N/A		N/A			
Adrian Gustavo Isman	30/09/1962	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	1
227.595.618-28	Administrador	Membro do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	100%
Membro do Comitê Estratégico		N/A			
Cristiano Biagi	07/02/1974	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	04

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF/Passaporte	Profissão	Cargo a ser ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse, referente ao último mandato.
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Critério utilizado para determinar independência (se aplicável)			
122.270.038-71	Publicitário	Membro do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	75,75%
N/A		N/A			
Neil Roxburgh Balfour	12/08/1944	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	1
720110850 (passaporte)		Membro Independente do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	100%
N/A		Definição estabelecida pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado			
Antonio Delfim Netto	01/05/1928	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	06
008.580.998-53	Economista	Membro Independente do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	93,93%
N/A		Definição estabelecida pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado			
Philippe Jean Henri Delleur	11/04/1958	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do	03

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF/Passaporte	Profissão	Cargo a ser ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse, referente ao último mandato.
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Critério utilizado para determinar independência (se aplicável)			
				exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	
233.741.328-47	Executivo	Membro Independente do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	100%
N/A		Definição estabelecida pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado			
Ricardo Barbosa Leonardos	20/09/1957	Conselho de Administração	27/07/2016	Assembleia Geral que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a ser encerrado em 31/03/2018	02
859.347.638-49	Economista	Membro Independente do Conselho de Administração	27/07/2016	Sim	100%
N/A		Definição estabelecida pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado			
Currículo e informações de determinados eventos a respeito dos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia					

**PATRICK JULIEN TREUER** - Patrick Treuer é o Chefe Global de Estratégia da Louis Dreyfus Company, empresa do setor de *commodities* e que integra o grupo econômico da Biosev. Ele ingressou na Biosev como Chefe de Estratégia em 2014, posição que ocupou até a sua nomeação como Chefe de Estratégia da Louis Dreyfus Company em 2015. Antes de ingressar no Grupo, trabalhou por 15 anos na área de investimento bancário no Credit Suisse, instituição do setor bancário não integrante do grupo econômico da Biosev e não controlada por acionista que detenha mais de 5% do capital social da Biosev, sediada na Suíça e no Reino Unido e, mais recentemente, atuou como Diretor de Gestão, Chefe de Mercado de Capitais da Suíça, Alemanha e Áustria. Patrick tem graduação em

administração de empresas na Universidade de St. Gallen (Suíça). Atualmente, o Sr. Treuer é Presidente do nosso Conselho de Administração e do nosso Comitê Estratégico. O Sr. Treuer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

**MICHAEL ANDREW GORRELL** - Michael Andrew Gorrell é responsável pelos negócios de açúcar da Louis Dreyfus Company na América do Norte. Como parte desta função, é Presidente e Diretor Executivo da Imperial Sugar Company, companhia do setor de *commodities* também pertencente ao grupo Louis Dreyfus Company e uma das maiores refinarias e distribuidoras de cana-de-açúcar dos Estados Unidos. Sr. Gorrell ingressou ao grupo Louis Dreyfus na Suíça durante o ano de 2007, como gerente global de comercialização de açúcar da LDC até 2012, quando retornou aos Estados Unidos para administrar a aquisição da Imperial Sugar Company. Antes disso, ele trabalhou na Cargill por 14 anos, incluindo 11 anos no mercado de açúcar, onde geriu a comercialização global de açúcar bruto da Cargill de 2002 a 2006. Sr. Gorrell também atua no conselho da All Asian Countertrade Inc., companhia do setor de *commodities*, que possui uma agricultura diversificada que é uma das líderes em distribuição de açúcar nas Filipinas. Ele graduou-se na Ohio State University em administração de empresas e contabilidade. Atualmente, o Sr. Gorell é Vice-Presidente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Gorrell declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

**ANDRÉ ROTH** - O Sr. Roth ingressou no Grupo Louis Dreyfus Company (grupo atuante no setor agrícola) em 1993, como trainee. Desde então, atuou como *trader* e diretor comercial das Plataformas de Grãos e de Oleaginosas. Em 2012, assumiu a posição de Presidente da Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A., a qual ocupou até 2013, quando assumiu a posição de Diretor Global de Oleaginosas do Grupo Louis Dreyfus Company. Em 2014, o Sr. Roth acumulou também a função de Diretor Global das Plataformas da Cadeia de Valor (que engloba Grãos, Oleaginosas, Sucos, Frete, Fertilizantes & Insumos, *Trade Finance* e Ração Animal) do mesmo grupo. O Sr. Roth é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente, o Sr. Roth é membro do nosso Conselho de Administração e também faz parte do Conselho Diretor da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais). O Sr. Roth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

**ADRIAN GUSTAVO ISMAN** - O Sr. Adrian Isman é chefe da plataforma de sucos do Grupo Louis Dreyfus Company e presidente do Conselho de Administração da Calyx Agro

Ltd, companhia do setor de *commodities* pertencente ao grupo Louis Dreyfus Company. O Sr. Isman ingressou no Grupo como *trader* em 1985 na Argentina, onde ele trabalhou para as plataformas de Grãos, Oleaginosas e de Finanças até 1997. Após 03 anos como Presidente da Marc Rich Investments, ele retornou ao Grupo no Brasil em 2001, onde teve funções subsequentes na gestão das atividades de energia, café, grãos, oleaginosas e algodão. Posteriormente, o Sr. Isman se mudou para Cingapura como Diretor Operacional Regional da Ásia, retornando ao Brasil em 2010 para gerir a fase de integração referente à fusão entre a LDC Bioenergia e a Santelisa Vale. Depois, tornou-se Diretor Operacional Regional e chefe da região da América do Norte e Latina antes de assumir sua posição atual na plataforma de sucos em 2014. O Sr. Isman possui graduação em Economia na Universidad de Buenos Aires e diploma em Advanced Management Program da INSEAD e Fundação Dom Cabral. Atualmente, o Sr. Isman é membro do nosso Conselho de Administração e membro do nosso Comitê Estratégico. O Sr. Isman declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

**CRISTIANO BIAGI** - O Sr. Cristiano Biagi é graduado em Comunicação Social pela Universidade de Ribeirão Preto, e pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Ingressou em 2000 na Sorocaba Refrescos S/A, empresa atuante no setor de engarrafamento de bebidas, não integrante do grupo econômico da Biosev e não controlada por acionista que detenha mais de 5% do capital social da Biosev, tendo ocupado as funções de Gerente de Recursos Humanos entre 2001 e 2003, posteriormente de Gerente Geral entre 2003 e 2007, e desde 2007 é o Diretor Presidente desta empresa. É membro do Conselho de Administração da Sorocaba Refrescos S/A desde 2007. É ainda conselheiro da Instituição Family Business Network Brasil desde 2009. Atualmente, o Sr. Biagi é membro do nosso Conselho de Administração. O Sr. Biagi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

**NEIL ROXBURGH BALFOUR** - O Sr. Balfour é cidadão britânico, criado no Peru, formado pela Universidade de Oxford e bacharel em Direito pela Universidade de Middle Temple. Foi membro do Parlamento Europeu e banqueiro (*Merchant Banker*) na Baring Brothers and European Banking Company, instituição do setor de bancário, não integrante do grupo econômico da Biosev e não controlada por acionista que detenha mais de 5% do capital social da Biosev. Foi diretor e presidente do conselho de administração de empresas na área de asset management e de investimentos financeiros em desenvolvimento e construção imobiliária na Polônia e também de empresas na área de agricultura na Ucrânia. Atualmente, o Sr. Balfour é membro independente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Balfour declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer

condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

**ANTONIO DELFIM NETTO** - O Sr. Delfim Netto graduou-se em Economia na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), onde obteve vários títulos, inclusive de Professor Emérito. Ocupou diversos cargos no governo brasileiro, tais como Ministro-Chefe da Secretaria de Economia e Planejamento da Presidência da República, Ministro da Fazenda, Ministro da Agricultura, Embaixador do Brasil na França, secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Membro do Conselho Nacional de Economia, Deputado Federal (1986 a 2006), dentre outros. Atualmente, o Sr. Delfim Netto é membro independente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Delfim Netto declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

**PHILIPPE JEAN HENRI DELLEUR** - O Sr. Delleur graduou-se em Administração Pública pela Sciences-po Paris e pela ENA (Ecole Nationale d'Administration), com mestrado em Direito obtido pela Paris-X Nanterre. O Sr. Delleur é Vice-Presidente Sênior da Alstom, empresa atuante no setor de infraestrutura de transporte, não integrante do grupo econômico da Biosev e não controlada por acionista que detenha mais de 5% do capital social da Biosev. Ingressou na Alstom em abril de 2006 e foi Presidente da Alstom Brasil entre 2009 e 2015. Antes de se juntar ao grupo Alstom, trabalhou no Ministério francês da Economia e Finanças onde foi, entre outras posições, Diretor Geral da Agência Central dos Contratos Públicos (2004 - 2006) e Vice-Secretário do Comércio Exterior (1999 – 2004). No Brasil, trabalhou nos anos 90 como Chefe da Missão Econômica e Financeira da Embaixada da França no Brasil, em Brasília, por 3 anos. Atualmente, o Sr. Delleur é membro independente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Delleur declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

**RICARDO BARBOSA LEONARDOS** - O Sr. Leonardos graduou-se em economia pela Faculdade São Luiz e possui Master in Business Administration pela New York University - Leonard Stern School of Business - em administração de empresas e negócios internacionais. O Sr. Leonardos foi sócio da Brasilpar Serviços Financeiros Ltda. (empresa do ramo de consultoria financeira) de 1984 a 1996; Diretor Presidente da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (instituição financeira) de setembro de 1996 a junho de 1997 e da ING Investment Management Ltda. (instituição financeira) entre 1997 e 2002. O Sr. Leonardos foi ainda Diretor Financeiro da Optiglobe do Brasil Ltda. (empresa de terceirização de tecnologia do Grupo Votorantim) em 2004; membro do Conselho de Administração da Ecom Energia Ltda. (empresa do setor de

comercialização de energia) entre maio de 2004 e abril de 2008; membro do Conselho de Administração do Banco Financeiro e Industrial S.A. - SUDAMERIS (companhia de capital aberto), da Digitel S.A. Indústria Eletrônica (companhia de capital aberto), da ADEVAL - Associação Nacional das Distribuidoras de Valores Mobiliários e da ABVCAP - Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital. Desde março de 2003, o Sr. Leonardos é sócio da Symphony Consultoria e Participações Ltda. (empresa de consultoria a empresas familiares), tendo estruturado e administrado o Family Office Península Participações até 2011. Atualmente, o Sr. Leonardos participa do Conselho de Administração da Sociedade Hospital Samaritano, empresa do setor da saúde, não integrante do grupo econômico da Biosev e não controlada por acionista que detenha mais de 5% do capital social da Biosev, é Presidente do Conselho de Administração da Tecnisa S.A., companhia do setor de construção civil, não integrante do grupo econômico da Biosev e não controlada por acionista que detenha mais de 5% do capital social da Biosev, e é membro independente do nosso Conselho de Administração. O Sr. Leonardos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, bem como declarou não ser uma pessoa politicamente exposta.

#### **12.7/12.8 – Informações sobre os candidatos indicados para compor os Comitês de Apoio ao Conselho de Administração.**

Não aplicável

**12.9 – Informações sobre a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.**

Não aplicável

**12.10 – Informações sobre as relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.**

Os seguintes conselheiros da Companhia são executivos do grupo controlador, conforme abaixo: Patrick Julien Treuer, Michael Andrew Gorrell, André Roth e Adrian Gustavo Isman.

<b>controladora</b>	<b>Administrador</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Grupo Louis Dreyfus	Patrick Julien Treuer	Chefe global de Estratégia do Grupo	Chefe global de Estratégia do Grupo	Chefe de Estratégia da Biosev



Company		Louis Dreyfus Company	Louis Dreyfus Company	
Grupo Louis Dreyfus Company	Michael Andrew Gorrell	Diretor Presidente da Imperial Sugar, Co.	Diretor Presidente da Imperial Sugar, Co	Diretor Presidente da Imperial Sugar, Co
Grupo Louis Dreyfus Company	André Roth	Chefe global das plataformas de cadeia de valor (grãos, oleaginosas, sucos, frete, fertilizantes & insumos, trade finance e ração animal) do Grupo Louis Dreyfus Company	Chefe global das plataformas de cadeia de valor (grãos, oleaginosas, sucos, frete, fertilizantes & insumos, trade finance e ração animal) do Grupo Louis Dreyfus Company	Chefe global das plataformas de cadeia de valor (grãos, oleaginosas, sucos, frete, fertilizantes & insumos, trade finance e ração animal) do Grupo Louis Dreyfus Company
Grupo Louis Dreyfus Company	Adrian Gustavo Isman	Diretor Presidente da Região North Latam e Chefe global da plataforma de sucos do Grupo Louis Dreyfus Company	Diretor Presidente da Região North Latam e Chefe global da plataforma de sucos do Grupo Louis Dreyfus Company	Diretor Presidente da Região North Latam e Chefe global da plataforma de sucos do Grupo Louis Dreyfus Company